



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

MARIA EDUARDA FERNANDES SILVA

**A PRESENÇA (IN)VISÍVEL DE MULHERES NEGRAS NO
JORNALISMO:** elaboração e discussão dos resultados do censo de
jornalistas de MS 2025 sob um olhar interseccional

Campo Grande (MS)

NOVEMBRO/2025

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário

79070-900 - Campo Grande (MS)

Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br> <http://>

www.jornalismo.ufms.br / jorn.faalc@ufms.br



**A PRESENÇA (IN)VISÍVEL DE MULHERES NEGRAS NO
JORNALISMO: elaboração e discussão dos resultados do censo de
jornalistas de MS 2025 sob um olhar interseccional**

MARIA EDUARDA FERNANDES SILVA

Monografia apresentada como requisito parcial para aprovação na Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Jornalismo da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Orientador(a): Profa. Dra. Katarini Miguel

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)

Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br> <http://www.jornalismo.ufms.br>
jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Título do Trabalho: “A presença (in)visível de mulheres negras no jornalismo:
Elaboração e discussão do Censo 2025 de Jornalistas de MS sob um olhar interseccional”**

Acadêmica: Maria Eduarda Fernandes Silva

Orientadora: Katarini Giroldo Miguel

Data: 25/11/2025

Banca examinadora:

1. Marcos Paulo da Silva
2. Inara Souza da Silva

Avaliação: (x) Aprovado () Reprovado

Parecer: A banca destaca a relevância da pesquisa e da parceria com o Sindicato de Jornalistas de MS. Sugere a ampla divulgação dos dados.

Campo Grande, 25 de novembro de 2025.

**NOTA
MÁXIMA
NO MEC**

**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Katarini Giroldo Miguel, Professora do Magistério Superior**, em 25/11/2025, às 20:28, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NOTA
MÁXIMA
NO MEC**

**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Laura Seligman, Coordenador(a) de Curso de Graduação**, em 26/11/2025, às 09:20, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6019585** e o código CRC **F6F7AF0C**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.015712/2025-27

SEI nº 6019585



AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos meus guias e todas as forças espirituais que me sustentaram e protegeram até aqui. Afirmo com toda certeza, que sem esse amparo, eu não chegaria em lugar nenhum.

Agradeço à minha mãe e à minha avó, que são meus maiores exemplos de mulheres fortes, sempre me incentivaram a ir atrás dos meus sonhos, moldaram quem eu sou e me ensinaram o valor de tudo que eu sei, principalmente do estudo. Todas as minhas conquistas até aqui devo, em grande parte, à base sólida que elas construíram para que fosse possível concluir mais esse sonho. Agradeço especialmente, à minha mãe por ter sido presença constante, paciente e compreensiva durante todo o processo universitário, me apoiando com e incentivando em cada etapa.

Estendo minha gratidão à Tainá Jara que foi a principal ponte e fonte do sindicato durante às pesquisas, formulação e compartilhamento do censo. Sem seu empenho e disposição em fazer dar certo, esse trabalho não existiria.

Minha orientadora, Profa Katarini Miguel, pela dedicação, sensibilidade e orientação criteriosa que conduziram este trabalho. Sua maestria acadêmica e disponibilidade foram essenciais para a realização deste projeto que me deixou receosa em vários momentos. A coordenadora do meu curso, Profa. Laura Seligman que, especialmente nessa reta final me deu todo suporte necessário para que a conclusão do curso fosse possível.

Grata também aos meus amigos que, de diferentes formas, contribuíram com apoio, incentivo, conselhos, colo e escuta durante esses meses de produção. Em especial ao Giovanni Cristaldo, Guilherme Cavalcante, Raíssa Vasconcelos, Guilherme Ferelli, Patrícia Grison e Renata Portela.

Por fim, agradeço a todos e todas que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretização deste Trabalho de Conclusão de Curso.



“Eu podia ter o conhecimento e não ter a coragem. Quando você é mulher negra, é preciso ter os dois.”
(Djamila Ribeiro, 2023 em entrevista à CNN)



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Primeira publicação em formato de carrossel no feed do instagram Sindjor-MS	20
Figura 2: Segunda publicação no feed do instagram do Sindjor-MS	21
Figura 3: Última publicação no feed do instagram do Sindjor-MS	22
Figura 4: Mensagens de WhatsApp em grupos e contatos diretos	29
Figura 5: E-mail enviado via mailing do sindicato	30
Figura 6: Repercussão na mídia e parceiros (Diário digital)	26
Figura 6.1: Repercussão na mídia e parceiros (Sindicato dos jornalistas)	27
Figura 6.2: Repercussão na mídia e parceiros (PPGCOM UFMS)	28
Figura 6.3: Repercussão na mídia e parceiros (Curso de Jornalismo UFMS)	29
Figura 7: Distribuição racial dos jornalistas de Mato Grosso do Sul - Censo Sindjor-MS 2025	43
Figura 8: Comparativo percentual de pessoas negras no jornalismo sul-mato-grossense (2019–2025)	44
Figura 9: Variação percentual da população parda entre 2019 e 2025	45
Figura 10: Distribuição racial dos jornalistas no Brasil	46
Figura 11: Distribuição de gênero entre jornalistas de Mato Grosso do Sul	47
Figura 12: Média nacional de gênero no jornalismo brasileiro	48
Figura 13: Percepção de influência racial nas oportunidades profissionais	53
Figura 14: Sentimento de pertencimento e representatividade nas redações (Nuvem de palavras)	56
Figura 15: Manifestações mais recorrentes de racismo e discriminação nas redações (Censo Sindjor-MS 2025)	58



RESUMO

Este Projeto Experimental analisa a presença (in)visível de mulheres negras no jornalismo de Mato Grosso do Sul, a partir da interseccionalidade entre raça, gênero e classe. Desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS) e a Comissão Vanessa Ricarte, o estudo tem como produto o Censo Sindjor-MS 2025, ampliado com blocos inéditos sobre raça e gênero. A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, compara os dados obtidos nesta nova edição com o censo anterior, realizado em 2019 pelo Sindjor-MS, com o Perfil do Jornalista Brasileiro 2023, realizado por pesquisadores da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), em parceria com a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas). O objetivo da nossa interpretação é identificar padrões de desigualdade e compreender como essas intersecções impactam a trajetória e a atuação profissional, especialmente de mulheres negras no campo jornalístico. Mais do que mostrar números, o trabalho busca trazer à tona a urgência de um jornalismo plural, que reconheça e valorize a diversidade como condição essencial para a produção de uma comunicação verdadeiramente democrática. Ao tornar visíveis as experiências e as vozes historicamente silenciadas, este estudo acredita na possibilidade de transformação, de uma imprensa que não apenas narre a realidade, mas que também se comprometa com sua mudança.

Palavras-chave: Jornalistas; Interseccionalidade; Mulheres Negras; Mato Grosso do Sul; Sindjor-MS.



ABSTRACT

This work analyzes the (in)visible presence of Black women in journalism in Mato Grosso do Sul, from the intersectionality of race, gender, and class. Developed in partnership with the Union of Professional Journalists of Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS) and the Vanessa Ricarte Commission, the study resulted in the Sindjor-MS 2025 Census, expanded with new sections on race and gender. The research, of a quantitative and descriptive nature, compares the data obtained in this new edition with the previous census, carried out in 2019 by Sindjor-MS, with the Profile of the Brazilian Journalist 2021, carried out by researchers from UFSC (Federal University of Santa Catarina), in partnership with Fenaj (National Federation of Journalists). The objective of our interpretation is to identify patterns of inequality and understand how these intersections impact the trajectory and professional performance, especially of Black women in the journalistic field. More than just presenting numbers, this work seeks to highlight the urgency of pluralistic journalism, one that recognizes and values diversity as an essential condition for producing truly democratic communication. By making visible the experiences and voices that have been historically silenced, this study believes in the possibility of transformation, of a press that not only narrates reality but also commits to changing it.

Keywords: Communication; Journalism; Intersectionality; Black Women; Sindjor-MS Census; Campo Grande (MS).



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO10

1. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO

1.1 Concepção do produto	13
1.2 Parcerias institucionais	14
1.3 Planejamento e elaboração do formulário.....	16
1.4 Testes, ajustes e validação	18
1.5 Estratégias de divulgação e aplicação.....	19

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 O Jornalismo como campo de poder simbólico.....	32
2.2 Interseccionalidade: raça, gênero e classe no jornalismo.....	35
2.3 A invisibilidade das mulheres negras no jornalismo.....	36
2.4 A mídia sul-mato-grossense	38

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Perfil geral da categoria	41
3.2 Jornalismo racializado	43
3.3 Jornalismo: gênero feminino	47
3.4 Experiências interseccionais no jornalismo sul-mato-grossense	50
3.5 Quem é a mulher negra jornalista em MS	60

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS62

REFERÊNCIAS66

ANEXOS E APÊNDICES69



INTRODUÇÃO

A presença de mulheres negras no jornalismo brasileiro ainda é marcada por desafios históricos e estruturais. A baixa representatividade nos espaços midiáticos começa já na formação universitária, onde, apesar da existência de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, o acesso de pessoas negras ao ensino superior ainda é desigual. A promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, representou um marco na democratização do ensino superior público, ao reservar 50% das vagas em universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes raciais e de renda.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de ingressos por meio de políticas afirmativas cresceu 167% nos últimos dez anos. Em 2012, apenas 40.661 estudantes ingressaram nas universidades federais via cotas, em 2022, esse número saltou para 108.616. Ainda assim, o percentual de estudantes pretos e pardos no ensino superior de 35,4%, segundo o IBGE (2022) permanece abaixo da proporção desses grupos na população geral, que é de 55,5%. Essa discrepância revela que o avanço das cotas é considerável, mas ainda insuficiente para romper as barreiras estruturais que dificultam o acesso e, sobretudo, a permanência da população negra na universidade.

Pesquisas apontam que, mesmo com as políticas afirmativas, estudantes negros enfrentam obstáculos que vão desde a falta de apoio financeiro e psicológico até o racismo institucional e o isolamento simbólico dentro das instituições (Santos, 2019). No caso das mulheres negras, essas barreiras se intensificam, pois são atravessadas por múltiplas opressões que combinam raça, gênero e classe social. Como observa Nilma Lino Gomes (2017), as cotas raciais não apenas ampliaram o acesso, mas também tensionaram a estrutura das universidades, historicamente marcadas pela branquitude e pela masculinidade dos saberes legitimados.



A interseção entre racismo estrutural e machismo, como argumenta Carla Akotirene (2018), impõe barreiras específicas que limitam o acesso, a permanência e a ascensão de mulheres negras nos meios de comunicação e em diversos outros campos de poder. Segundo a autora, a interseccionalidade é fundamental para compreender como esses marcadores sociais se entrelacam, criando formas complexas de vulnerabilidade para as mulheres negras. No contexto jornalístico, isso se traduz não apenas na invisibilidade dessas mulheres nas redações, mas também em um ambiente em que suas vozes são frequentemente silenciadas ou marginalizadas. Dessa forma, a intersecção entre o racismo e o machismo não apenas dificultou o ingresso das mulheres negras nesse campo, mas também limitou seu reconhecimento e ascensão, perpetuando um jornalismo excludente e homogêneo.

Em Campo Grande (MS), as redações jornalísticas são majoritariamente ocupadas por pessoas brancas e, dentro desse grupo, as mulheres negras figuram como uma minoria quase invisível. O último levantamento realizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS), em 2019¹, indicou que a categoria era composta em sua maioria por homens e mulheres brancas, sem detalhamento racial mais preciso, o que, por si só, já evidenciava a urgência de dados atualizados e racializados sobre quem produz o jornalismo no estado.

A partir dessas constatações, propusemos analisar a presença (in)visível de mulheres negras no jornalismo sul-mato-grossense, mas para isso era preciso conhecer a realidade atual das redações e afins. Neste sentido, realizamos em parceria com o Sindjor-MS e com a Comissão Vanessa Ricarte, a edição 2025 do censo de jornalistas de Mato Grosso do Sul, atualizando os resultados de 2019 e trazendo um olhar interseccional

¹ SINDJOR/MS. Levantamento de dados sobre a composição racial das redações de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/forms/u/1/d/1JNPx_OmbJ1zj7R_ODyoF8hfLCzxFcYYo89tGFFRrmgg/e/dit?ts=5dadbd9



ao adicionar, além de perguntas sobre o mercado de trabalho em geral, componentes sobre gênero e raça. Por meio desse levantamento inédito, este estudo propôs uma leitura crítica e analítica sobre o espaço ocupado - ou negado - às mulheres negras no jornalismo local.

O Censo, como produto deste trabalho, permitiu o debate sobre a diversidade a partir de perguntas objetivas e abertas, tornando visíveis desigualdades muitas vezes naturalizadas. Obtivemos 271 respostas no período de dois meses de divulgação do questionário por meio de redes sociais, e-mails, aplicativos de mensagens instantâneas e publicações em mídias convencionais. Por meio desse levantamento inédito, este projeto experimental propôs uma leitura coletiva, com o curso de Jornalismo, Sindicato e a Comissão Vanessa Ricarte sobre o espaço ocupado especialmente às mulheres negras no jornalismo local. Apresentamos neste relatório as etapas de desenvolvimento do censo, com todo detalhamento, nosso aporte teórico focado na interseccionalidade e os principais resultados com ênfase na perspectiva de gênero e raça.

O interesse por essa temática parte, também, de uma motivação pessoal, enquanto mulher negra em formação no jornalismo, percebi cotidianamente as ausências e os silenciamentos que atravessam as trajetórias de profissionais como eu. Produzir este estudo foi uma forma de afirmar a importância da presença negra nas redações e de contribuir para a construção de um jornalismo mais plural, diverso e representativo.



1. Metodologia de desenvolvimento do produto

1.1 Concepção do produto

O presente trabalho tem como produto principal o Censo Sindjor-MS 2025, uma atualização e ampliação do levantamento realizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS), aplicado em 2019. A proposta de retomada surgiu a partir da necessidade de ter dados atualizados e para compreender, sob uma perspectiva interseccional, como se distribuem as relações de raça e gênero no campo jornalístico sul-mato-grossense, buscando evidenciar, sobretudo, a presença e/ou a invisibilidade de mulheres negras na profissão. Uma vez apontado por Marcia Veiga da Silva (2010), o jornalismo, enquanto campo profissional e discursivo, ainda reflete uma estrutura masculina e cisheteronormativa.

(...) Entretanto, no que diz respeito às relações de gênero e de poder, ainda se percebe claramente o quanto alguns padrões culturais excludentes estão arraigados e acabam sendo reproduzidos (em grande escala e velocidade), mesmo que inconscientemente, pela mídia de massa em geral, e pelo jornalismo em particular. (Silva, 2010, p.16)

Este trabalho, apresentado como Projeto Experimental para conclusão do curso de Jornalismo na UFMS, possui caráter híbrido, uma vez que combina o desenvolvimento de um produto censitário, desde a sua concepção, com a análise dos dados obtidos. A primeira etapa consistiu na elaboração, divulgação e aplicação do Censo dos Jornalistas de Mato Grosso do Sul, realizado em parceria com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS). Já a segunda fase corresponde à elaboração deste relatório analítico, com o objetivo de compreender, a partir dos resultados, as dinâmicas interseccionais que atravessam o campo jornalístico sul-mato-grossense. Assim, o trabalho se



estrutura como uma combinação entre prática e reflexão teórica, em que o produto serve de base empírica para um estudo acadêmico de caráter crítico e descritivo, e que deve ter desdobramentos.

A proposta, definida em diálogo com o Sindjor-MS, foi resgatar o formato do censo anterior, mas desta vez, com uma abordagem mais aprofundada e sensível às desigualdades estruturais. Assim, além das perguntas consideradas “padrão”, como perfil sociodemográfico, formação acadêmica, vínculo e condições de trabalho, cargos ocupados, remuneração; o formulário contou com blocos específicos sobre raça e gênero incluindo a percepção com questões sobre racismo e machismo nas redações e experiências de violências, tornando-se não apenas um levantamento quantitativo, mas como um aparato de diagnóstico e reflexão sobre quem atua no jornalismo local. Os questionários completos, com todas as seções e perguntas aplicadas, encontra-se disponível nos apêndices para fins de consultas metodológicas, e vamos descrever o processo na sequência.

De forma ampla, a execução do censo dialoga com a concepção de campo jornalístico de Pierre Bourdieu (1997), entendido como um espaço de disputas simbólicas e hierarquias internas. Nesse campo, posições de prestígio e reconhecimento não se distribuem de forma equitativa, refletindo desigualdades mais amplas da sociedade. Assim, mapear quem ocupa os espaços jornalísticos de Mato Grosso do Sul é também um modo de expor as dinâmicas de exclusão que sustentam esse campo especialmente quando se introduz o recorte racial e de gênero.

1.2 Parcerias institucionais

O desenvolvimento do Censo contou com a colaboração direta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS). O Sindjor-MS é a entidade representativa da categoria no estado, responsável por defender os direitos trabalhistas, éticos e profissionais dos jornalistas. Sua atuação abrange todo o território sul-mato-grossense, com exceção de 25 municípios localizados na região Sul, que estão sob a jurisdição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Grande Dourados



(Sinjorgran). Além da função sindical, o Sindjor-MS tem papel fundamental na promoção de debates sobre a valorização do Jornalismo, a democratização da comunicação e a defesa da liberdade de imprensa (Fregatto, 2024).

Desde sua criação, em 16 de fevereiro de 1984, a entidade tem atuado na promoção da liberdade de imprensa, na melhoria das condições de trabalho dos jornalistas e na luta por direitos profissionais. O Sindjor-MS é filiado à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e tem se destacado por sua atuação em diversas frentes, incluindo a realização de censos para mapear a realidade da profissão no estado e a criação de comissões temáticas, como a Comissão Vanessa Ricarte, voltada para o enfrentamento da violência de gênero no jornalismo. A parceria foi essencial para viabilizar o levantamento de dados e garantir o alcance do Censo junto à categoria profissional, conferindo legitimidade e amplitude à pesquisa.

Além disso, este projeto também contou com a colaboração da Comissão Vanessa Ricarte, criada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul em março de 2025, em resposta ao feminicídio da jornalista Vanessa Ricarte, ocorrido em 12 de fevereiro de 2025, e a outros casos de violência contra mulheres jornalistas em Campo Grande. A comissão tem como objetivo denunciar a violência de gênero, orientar e acolher vítimas, promover debates e seminários sobre a abordagem humanizada da temática na imprensa, além de desenvolver pesquisas de campo para compreender o perfil da violência contra jornalistas mulheres. Também atua representando a categoria em audiências públicas, propondo medidas de segurança às autoridades e criando um fundo de apoio emergencial para vítimas². Composta por nove profissionais de imprensa, advogadas e uma psicóloga, a comissão reúne experiência em ações contra a violência contra a mulher, em um contexto

² Informação obtida com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS) e a comissão Vanessa Ricarte em 03 de junho de 2025.



preocupante, já que Mato Grosso do Sul ocupa a segunda posição no país em casos de violência doméstica, segundo a pesquisa pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025.

Assim, o Sindicato, enquanto entidade representativa da categoria, foi essencial para garantir a legitimidade institucional do levantamento, além de disponibilizar o mailing de jornalistas sindicalizados e atuantes no estado, o que ampliou o alcance do formulário. Já a Comissão Vanessa Ricarte contribuiu com orientações sobre o recorte de gênero, além de participar ativamente da construção e revisão das perguntas, assegurando que o formulário respeitasse os princípios éticos e representatividade.

Por fim, também lembramos do próprio curso de Jornalismo que dá suporte para este Projeto Experimental e facilitou a execução, divulgação e aplicação dos questionários, dando continuidade à parceria histórica com o Sindjor-MS, principal articulador da fundação da graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UFMS, na década de 1980.

1.3 Planejamento e elaboração do formulário

O formulário foi desenvolvido na plataforma Google Forms durante o mês de agosto e setembro de 2025, pela facilidade de aplicação e resultado automático a partir da tabulação dos dados. A elaboração foi guiada por dois eixos: atualização dos blocos do censo anterior e inserção de novos blocos temáticos que abordassem raça e gênero. Todas as questões foram definidas e discutidas em reunião com a orientadora, a representante do Sindicato e da Comissão Tainá Jara, com o aval do atual presidente do Sindjor- MS, Walter Gonçalves Filho.

O Censo Sindjor-MS 2025 foi composto por 65 perguntas ao todo, organizadas em seis blocos principais: texto introdutório, informações gerais, mercado de trabalho, recorte racial e experiências profissionais, violência contra



mulheres jornalistas em MS, agradecimentos, sendo 14 de informações gerais, 25 sobre o mercado de trabalho, 15 de raça, 11 sobre violência contra mulher.

O início do formulário trazia um texto introdutório de esclarecimento ético e aviso de possível “gatilho” por tratar de temas sensíveis. No texto, os participantes também eram informados sobre o objetivo da pesquisa e o caráter confidencial das respostas:

Censo é uma iniciativa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS) com o objetivo de mapear a realidade dos profissionais jornalistas em Mato Grosso do Sul, com foco na trajetória, obstáculos e desafios presentes no exercício da profissão. A ação tem caráter permanente e busca também levantar dados sobre assédio, discriminação, condições de trabalho e desigualdades estruturais dentro e fora das redações. Esta edição do Censo é realizada em parceria com a Comissão Vanessa Ricarte, criada pelo Sindjor-MS para empreender ações de combate à violência contra mulheres jornalistas, e com o curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) a fim de interpretar e problematizar os dados, especialmente sobre violência de gênero e raça, no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “A presença (in)visível de mulheres negras no jornalismo.

Sua participação é voluntária, a identificação é opcional e todas as respostas são confidenciais, utilizadas apenas de forma coletiva e anônima para fins de análise. Os dados coletados irão subsidiar ações de enfrentamento à violência, promoção de direitos e fortalecimento da atuação sindical em prol de uma comunicação mais justa e segura para a categoria. Este censo aborda diretamente questões de racismo, assédio, discriminação e violência de gênero. Reconhecemos que esses temas são sensíveis e podem gerar desconforto. Ao prosseguir, você declara estar ciente e que concorda em participar”(Censo, 2025).

Os dois primeiros blocos seguiram a estrutura do levantamento anterior, com as perguntas gerais citadas anteriormente. Já os blocos quatro e cinco (raça e gênero), são inéditos e foram elaborados com base em debates sobre diversidade, desigualdade estrutural e interseccionalidade no



jornalismo, sustentados teoricamente por autoras como Carla Akotirene (2018), Kimberlé Crenshaw (1989) e Djamila Ribeiro (2017).

A inserção desses novos blocos, foram o eixo central desta pesquisa e contou com 26 perguntas abertas e fechadas, que buscavam compreender como a identidade racial e de gênero influencia as experiências profissionais dos jornalistas. As questões abordaram tanto autoidentificação racial, quanto vivências de discriminação e percepções sobre representatividade. O questionário completo pode ser consultado no “Apêndice A” deste trabalho.

1.4 Testes, ajustes e validação

Antes de ser enviado efetivamente, o formulário passou por uma rodada de testes para revisão e validação profissional, envolvendo representantes do Sindjor-MS, da Comissão Vanessa Ricarte e profissionais da área de jornalismo e de redação em Campo Grande (MS). A etapa se deu uma semana antes da divulgação geral, ou seja, nos dias 25 a 31 de agosto de 2025, e permitiu identificar termos sensíveis, vocabulário de perguntas sobre raça e gênero e aprimorar detalhes como nas perguntas sobre orientação sexual, opções de respostas como “não se aplica” para os jornalistas que não atuam mais na área e “prefere não responder” para questões desconfortáveis. No item de “escolaridade”, por exemplo, constava apenas “pós-graduação” generalizando a especialização, mestrado e doutorado.

Outra proposta da fase de testes foi a inclusão da mensagem inicial de alerta, especialmente por conta de perguntas sensíveis que envolvem rememoração de violências, atravessadas por questões de raça e gênero. As alterações garantiram um formulário mais acessível, com anonimato e confiabilidade dos dados.



1.5 Estratégias de divulgação e aplicação do Censo

O Censo foi divulgado por meio de estratégias integradas de comunicação, que incluíram uma sequência no Instagram³ e Facebook⁴ do Sindjor-MS, e-mails via mailing da entidade e envio de releases para imprensa local (Apêndice C) com consequente publicação em sites jornalísticos como Diário Digital⁵ e do próprio sindicato⁶. Também foram enviadas mensagens diretas aos jornalistas, aos veículos e grupos de comunicação do estado, divulgado nas redes sociais do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS. Os cards de divulgação, textos, legendas, releases foram elaborados por mim com a supervisão da orientação e do Sindjor-MS. Ver figuras na sequência.

³ Disponível no facebook do Sindjor-MS: <https://www.facebook.com/SindjorMS>

⁴ Disponível no instagram do Sindjor-MS: https://www.instagram.com/sindjor_ms/

⁵ Publicação no site Diário Digital: <https://www.diariodigital.com.br/geral/novo-censo-de-jornalistas-traca-perfil-do-profissional-no-ms>

⁶ Publicação no site do Sindicato: <https://www.jornalistasms.org.br/2025/09/sindjor-ms-realiza-novo-censo-de.html>



Figura 1: Primeira publicação em formato de carrossel no feed do instagram Sindjor-MS

CENSO DE JORNALISTAS MS 2025

QUEREMOS OUVIR TODOS OS JORNALISTAS DE MS

Participe do levantamento que vai mostrar quem somos, como trabalhamos e os desafios que enfrentamos.

EM PARCERIA COM O CURSO DE JORNALISMO DA UFMS E A COMISSÃO VANESSA RICARTE,

NESTA EDIÇÃO, INCLUÍMOS BLOCOS INÉDITOS SOBRE RAÇA E GÊNERO PARA ENTENDER DESIGUALDADES, ASSÉDIO E VIOLÊNCIA NO JORNALISMO.

SUA PARTICIPAÇÃO É FUNDAMENTAL

O questionário é rápido, seguro e confidencial.

Participe e contribua para mudanças reais para os jornalistas de MS.

Link na bio

Fonte: Elaboração própria



Legenda: Participe do censo dos jornalistas de Mato Grosso do Sul O SindjorMS retoma o censo da profissão, defasado desde 2019, para mapear perfil, condições de trabalho e desafios do jornalismo no estado.

Nesta edição, há blocos inéditos sobre raça e gênero, em parceria com o curso de @jornalismoufms (TCC "A presença (in) visível de mulheres negras no jornalismo"), @ppgcom.ufms e a Comissão Vanessa Ricarte, criada em memória da colega vítima de feminicídio. Serão abordadas questões como desigualdades, racismo e violência de gênero. Sua participação é fundamental! O questionário é confidencial e rápido de responder. Acesse o censo aqui: <https://link.ufms.br/KEv55>

Figura 2: Segunda publicação no feed do instagram Sindjor-MS



Fonte: Elaboração própria



Legenda: A pesquisa para traçar o perfil dos jornalistas em Mato Grosso do Sul está aberta e precisa da sua colaboração. Com uma proposta interseccional, considerando eixos como raça e gênero, a campanha vai permitir a consolidação de uma base de dados atualizada para embasar propostas e debates para categoria. Contamos com a sua participação!

Figura 3: Última publicação no feed do instagram Sindjor-MS





www.jornalistasm.org.br

Se você ainda não respondeu,
este é o momento de garantir
que a sua realidade faça parte
do retrato da nossa profissão.

[Link na bio](#)

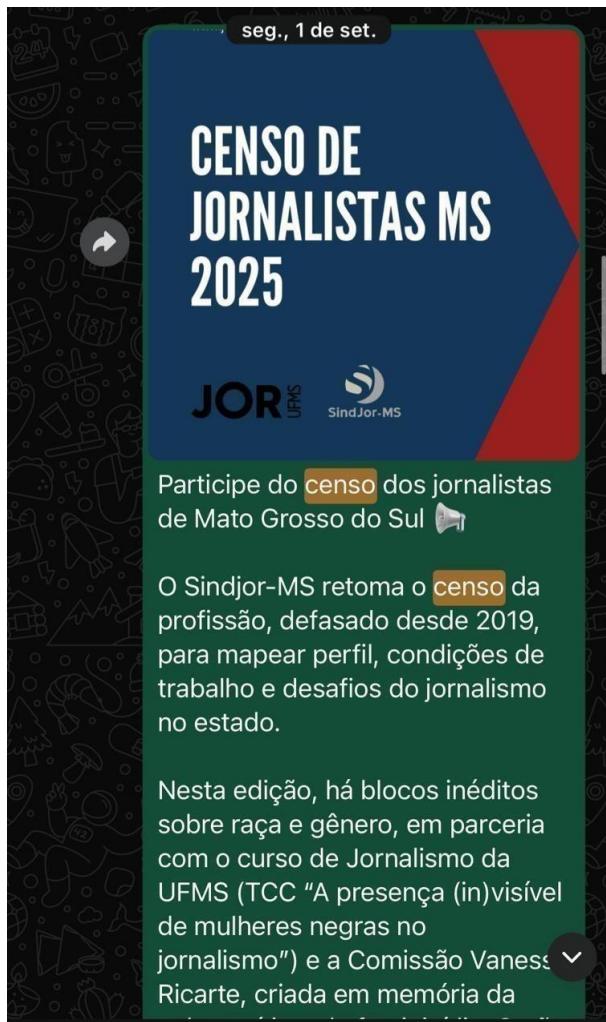


Fonte: Elaboração própria

Legenda: Últimos dias para participar do Censo dos Jornalistas de MS 2025. O Sindjor-MS está atualizando o levantamento da profissão, para mapear perfil, condições de trabalho e desafios do jornalismo no estado. Nesta edição, o Censo traz blocos inéditos sobre raça e gênero, em parceria com o curso de Jornalismo da UFMS (TCC "A presença (in) visível de mulheres negras no jornalismo") e a Comissão Vanessa Ricarte, criada em memória da colega vítima de feminicídio. São temas fundamentais, como desigualdades, racismo e violência de gênero. O prazo termina em 30/09. Sua participação é fundamental! O questionário é sigiloso e rápido de responder. Acesse aqui: <https://link.ufms.br/KEv55>



Figura 4: Mensagens de WhatsApp em grupos e contatos diretos



Fonte: Elaboração própria



Figura 5: E-mail enviado via mailing do sindicato

The email is a dark-themed message from 'Sindicato dos J... 1 de set.' (bcc: mim). It begins with 'Olá, filiados' and encourages participation in the 'Censo dos Jornalistas de Mato Grosso do Sul 2025'. The message highlights that Sindjor-MS is resuming the census of journalism professionals, which was last conducted in 2019. It mentions a partnership with UFMS's TCC 'A presença (in)visível de mulheres negras no jornalismo' and the Vanessa Ricarte Commission. The census aims to address issues like racial and gender inequality, racism, and gender violence. It emphasizes the importance of participation and provides a link (<https://link.ufms.br/KEv55>) for completing the questionnaire.

Olá, filiados

Participe do Censo dos Jornalistas de Mato Grosso do Sul 2025

O Sindjor-MS retoma o censo da profissão, defasado desde 2019, para mapear perfil, condições de trabalho e desafios do jornalismo no estado.

Nesta edição, há blocos inéditos sobre raça e gênero, em parceria com o curso de Jornalismo da UFMS (TCC "A presença (in)visível de mulheres negras no jornalismo") e a Comissão Vanessa Ricarte, criada em memória da colega vítima de feminicídio. Serão abordadas questões como desigualdades, racismo e violência de gênero.

Sua participação é fundamental! O questionário é confidencial e rápido de responder.

Acesse o censo aqui: <https://link.ufms.br/KEv55>
Contamos com a sua participação!

Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul
sindicatojorms@gmail.com

[Responder](#) [Encaminhar](#) [Smiley](#)

Fonte: Elaboração própria



Figura 6: Repercussão na mídia e parceiros (Diário digital)

Questionário inclui raça e gênero, afim de apontar questões estruturais de desigualdade, racismo e violência de gênero. (Foto: Freepik)

O novo censo para jornalistas, lançado no dia 1º de Setembro e com término em 30 de Setembro, tem o intuito de retratar a realidade dos jornalistas em Mato Grosso do Sul, por meio da participação da categoria. Após seis anos, desde o último registro de informações da categoria, realizado em 2019, a participação dos profissionais de jornalismo é fundamental.

A coleta de dados é promovida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS), em parceria com o curso de Jornalismo da UFMS, dentro do [Trabalho de Conclusão de Curso "A necessidade estrutural da realização desse censo"](#).

Fonte: Diário digital - <https://www.diariodigital.com.br/geral/novo-censo-de-jornalista-traca>
<https://www.diariodigital.com.br/geral/novo-censo-de-jornalistas-traca-perfil-do-profissional-no-ms-perfil-do-profissional-no-ms>



Figura 6.1: Repercussão na mídia e parceiros (Sindicato dos jornalistas)

jornalistasm.org.br

12 segunda-feira, 1 de setembro de 2025

Sindjor-MS realiza novo Censo de Jornalistas de Mato Grosso do Sul



O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS) realiza um novo censo da categoria, visando construir um retrato fiel da realidade de jornalistas no estado, reunindo informações sobre perfil profissional, condições de trabalho e desafios enfrentados no exercício da profissão. O último levantamento foi feito em 2019 e precisa ser atualizado.

Nesta edição, o censo inclui blocos inéditos sobre raça e gênero, em parceria com o curso de Jornalismo da UFMS, no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso “A presença (in)visível de mulheres negras no jornalismo”, e com a Comissão Vanessa Ricarte, criada em memória da colega vítima de feminicídio em fevereiro de 2025. Esses blocos ampliam o olhar sobre o jornalismo em Mato Grosso do Sul, abordando questões estruturais como desigualdades, racismo e violência de gênero.

A participação da categoria é fundamental. Apenas com dados consistentes será possível avançar em iniciativas que defendam direitos, promovam igualdade e fortaleçam a profissão. O questionário é confidencial e pode ser respondido em poucos minutos.

Prazo para participação: 01-30 setembro de 2025

Acesse o censo aqui: <https://link.ufms.br/KEv55>

Fonte: Sindicato dos jornalistas - <https://www.jornalistasm.org.br/2025/09/sindjor-msrealizahttps://www.jornalistasm.org.br/2025/09/sindjor-ms-realiza-novo-censode.htmlnovo-censo-de.html>



Figura 6.2: Repercussão na mídia e parceiros (PPGCOM UFMS (Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Posts ppgcom.ufms Seguir

ppgcom.ufms ...

Censo de jornalistas de MS jornalistasm.org.br

SindJor-MS PPG COM UFMS JOR UFMS

1 Curtido por isselchaia e outras pessoas

ppgcom.ufms Você sabia que está rolando o Censo de Jornalistas em Mato Grosso do Sul, realizado pelo @sindjor_ms, em parceria com o curso de Jornalismo (@jornalismoufms) e a Comissão Vanessa Ricarte?

O levantamento sobre os profissionais da imprensa e da mídia sul-mato-grossense é de suma importância para termos o panorama da área, tais como: informações sobre o mercado de trabalho, desafios da

Fonte: <https://www.instagram.com/p/DOhKfrtknR/?igsh=MXY1Z3d3NGhmMTUzeA==>



Figura 6.3: Repercussão na mídia e parceiros (Curso de Jornalismo UFMS)



Fonte: @jonalismoufms



Essas estratégias buscaram ampliar o alcance geográfico e alcançar profissionais que não necessariamente mantêm vínculo ativo com o sindicato, já que o Censo é de toda categoria. Ainda assim, um dos maiores desafios encontrados foi a baixa adesão e interesse, reflexo da falta de engajamento em ações coletivas da categoria. Em uma primeira rodada foram 100 respostas e estagnou. Após isso, a divulgação teve que ser intensificada, na intenção de alcançar ao menos o mínimo de respostas obtido no último censo.

Após a ampliação da divulgação e o apoio de muitos colegas de profissão nessa etapa, o Censo Sindjor-MS 2025 chegou a 271 respostas válidas, número superior à meta mínima projetada no último levantamento realizado em 2019, que obteve 219 respostas. Embora não represente a maioria da categoria, esse volume foi suficiente para traçar um panorama sobre o perfil racial e de gênero dos jornalistas sul-mato-grossenses. Segundo Fregatto (2024), o Brasil conta com aproximadamente 145 mil jornalistas registrados, dos quais cerca de 1,5 mil estão em Mato Grosso do Sul. Inseridos em um mercado de trabalho competitivo e desigual, esses profissionais têm vivenciado, nas últimas décadas, transformações, como reestruturações tecnológicas, alterações nas relações de trabalho, acúmulo de funções devido ao enxugamento das redações e ampliação das áreas de atuação. A partir desse contexto regionalizado, torna-se fundamental compreender, sob uma perspectiva interseccional, como as questões de raça e gênero se manifestam na profissão, justificando a necessidade de uma revisão teórica que discuta a presença e a invisibilidade de mulheres negras no jornalismo sul-mato-grossense.

Diante desse cenário, a revisão teórica se propõe a aprofundar a análise sobre as dinâmicas de gênero e raça no jornalismo, com foco na realidade sul-mato-grossense. Abordamos discussões sobre a presença, a participação e a invisibilidade de mulheres negras na profissão, bem como os fatores estruturais que moldam essas desigualdades, como a



cisheteronormatividade, a cultura organizacional e as barreiras institucionais.

Ao contextualizar teorias e pesquisas recentes, a revisão fornece o fundamento necessário para interpretar os dados do Censo Sindjor-MS 2025 e compreender as particularidades do campo jornalístico local, evidenciando lacunas e desafios que persistem na construção de um ambiente profissional mais equitativo, visando a superação deste modelo.



2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 O Jornalismo como campo de poder simbólico

O jornalismo é, segundo Pierre Bourdieu (1996), um campo de poder simbólico, onde diferentes grupos sociais competem pela definição do que é considerado ‘verdade’ e ‘notícia’. A concepção de que o jornalismo funciona como um espaço de disputa por poder simbólico não se encontra explicitamente formulada em uma obra de Bourdieu de 1996 com esse título, mas pode ser compreendida a partir de seus fundamentos teóricos sobre campo, poder simbólico e da crítica que ele faz aos meios de comunicação. Essa perspectiva aparece com mais clareza em *Sobre a Televisão* (1997), onde Bourdieu discute de que modo a lógica televisiva impõe limites e exerce controle sobre o discurso público. No jornalismo, esse campo se organiza a partir de hierarquias que não são apenas técnicas, mas também sociais e econômicas, determinando quem tem o poder de falar e de ser ouvido.

(...) E, para orientar a escolha, é preciso levar em conta a especificidade do instrumento televisual. Com a televisão, estamos diante de um instrumento que, teoricamente, possibilita atingir todo mundo. Daí certo número de questões prévias: o que tenho a dizer está destinado a atingir todo mundo? Estou disposto a fazer de modo que meu discurso, por sua forma, possa ser entendido por todo mundo? Será que ele merece ser entendido por todo mundo? Pode-se mesmo ir mais longe: ele deve ser entendido por todo mundo?" (Bourdieu, 1996, p.18).

Esse controle da narrativa confere poder sobre a construção da realidade social feita por jornalistas, e no Brasil, esse campo é dominado por profissionais brancos, de classe média e, em sua maioria, homens. A concentração desse poder em um grupo homogêneo resulta na marginalização das experiências de mulheres negras, que continuam



ausentes tanto nas redações quanto nas narrativas produzidas pela mídia.

Essa exclusão não se limita à presença física, mas à ausência de suas perspectivas nos temas abordados e nas formas de contar as histórias.

Esse olhar permite compreender o jornalismo como um campo de poder simbólico racializado e generificado. Conforme argumenta Sueli Carneiro (2005), o racismo institucional se sustenta justamente na negação da legitimidade das vozes negras e na construção de um “epistemicídio”, processo que desautoriza o conhecimento produzido por sujeitos racializados. Em uma perspectiva semelhante, Lélia Gonzalez (1988) ressalta que a exclusão das mulheres negras dos espaços de fala e decisão é um dos mecanismos centrais de manutenção da hierarquia social brasileira, atravessada por heranças coloniais e patriarcais.

Ao trazer essas reflexões para o jornalismo, percebe-se que o campo não é neutro, mas profundamente marcado por relações de poder que reproduzem desigualdades estruturais. É justamente isso que a pesquisadora Carla Akotirene (2018) observa quando a interseccionalidade permite enxergar essas sobreposições - de gênero, raça e classe - como forças estruturais que moldam o acesso e a permanência nos espaços de poder. Assim, mesmo dentro de um campo que se pretende democrático e plural, as experiências de mulheres negras seguem invisibilizadas ou silenciadas.

Nesse sentido, compreender o jornalismo como um campo de poder simbólico é também reconhecer que as disputas por visibilidade e voz são atravessadas por fatores raciais e de gênero. Como afirma Djamila Ribeiro (2017), o “lugar de fala” não é apenas um ponto de vista, mas uma posição política e social a partir da qual se enunciam experiências que historicamente foram silenciadas. Quando as redações permanecem majoritariamente brancas e masculinas, o jornalismo não apenas reflete as desigualdades da sociedade, mas atua na sua reprodução simbólica, legitimando determinadas vozes em detrimento de outras.



E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço e legitimidade? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes? (Ribeiro, 2017, p. 44).

Ou seja:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experenciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experenciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos.(Ribeiro, 2017, p. 48).

A análise do campo jornalístico, portanto, não pode se limitar às suas estruturas profissionais ou às rotinas de produção. Ela deve incluir também as relações de poder que atravessam a prática, pois, como lembra Bourdieu (1996), o jornalismo está imerso em uma luta constante entre autonomia e heteronomia, entre o ideal de imparcialidade e os condicionamentos sociais que definem quem pode falar, e quem é constantemente silenciado.



2.2 Interseccionalidade: Raça, gênero e classe no jornalismo

Interseccionalidade é um conceito essencial para entender as múltiplas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres negras. Proposto inicialmente por Kimberlé Crenshaw (1989), a teoria da interseccionalidade descreve como diferentes categorias de identidade, como raça, gênero e classe, interagem para produzir experiências de discriminação únicas. No caso das mulheres negras, essa intersecção resulta em uma sobreposição de opressões, pois elas enfrentam simultaneamente o racismo estrutural, o sexismo e, frequentemente, a exclusão socioeconômica, o que as coloca em posições de maior vulnerabilidade em diversos contextos, incluindo o jornalismo.

No Brasil, autoras como Carla Akotirene (2018) e Sueli Carneiro (2003) ampliam essa perspectiva ao tratar da realidade específica da mulher negra brasileira, cuja trajetória é marcada por um processo histórico de apagamento. Akotirene considera a interseccionalidade uma ferramenta teóricopolítica indispensável para a análise crítica das estruturas sociais, sobretudo ao denunciar como o racismo e o patriarcado se imbricam para restringir a presença e o protagonismo das mulheres negras nos espaços de poder. Já Carneiro introduz o conceito de ‘epistemicídio’ para nomear o apagamento sistemático dos saberes produzidos por essas mulheres, especialmente em instituições como a mídia e a academia, como já colocamos anteriormente.

Patricia Hill Collins (2009) contribui com o entendimento da interseccionalidade por meio da ideia de ‘matriz de dominação’, que articula opressões múltiplas e simultâneas. Para a autora, as mulheres negras ocupam uma posição social específica que as coloca como produtoras de um conhecimento situado, ou seja, um saber que nasce da experiência concreta da opressão. Essa perspectiva é crucial para o jornalismo, pois desafia a suposta neutralidade das narrativas jornalísticas dominadas por olhares masculinos e brancos.



Nesse sentido, compreender a interseccionalidade é essencial para analisar as redações jornalísticas como espaços que reproduzem desigualdades. A ausência de mulheres negras nesses ambientes não é casual, mas reflexo de uma estrutura social excludente, que dificulta sua inserção e ascensão profissional, perpetuando um jornalismo homogêneo, pouco representativo e distante da realidade de grande parte da população brasileira.

2.3 A invisibilidade das mulheres negras no jornalismo

O silenciamento de vozes negras no jornalismo brasileiro reflete as desigualdades estruturais que marcam a sociedade, especialmente no cruzamento entre racismo e sexismo. Embora representem mais de 28% da população brasileira, as mulheres negras continuam sub-representadas nas redações e frequentemente ausentes das narrativas midiáticas. A marginalização dessas mulheres não se expressa apenas pela baixa representatividade nos dados, mas, sobretudo, pela ausência de protagonismo e pela recorrente imposição de silêncios em torno de suas vivências. Trata-se de uma exclusão estrutural, profundamente enraizada nas dinâmicas de raça e gênero que atravessam o campo jornalístico.

Apesar de inseridas nas redações, as mulheres negras ainda ocupam posições subalternizadas e enfrentam um silenciamento simbólico constante. Como destaca Djamila Ribeiro (2017), não se trata apenas de estar presente, mas de compreender “quem pode falar e a partir de qual lugar essa fala é legitimada”. Ou seja, a presença de mulheres negras não garante automaticamente poder simbólico ou visibilidade, já que suas experiências são muitas vezes enquadradas por uma estrutura comunicacional que privilegia a branquitude e a masculinidade como referências universais.

Essa análise se aproxima dos estudos de Carla Akotirene (2018), para quem a ausência de um olhar interseccional nas instituições reforça a



marginalização de mulheres negras, tanto na sociedade quanto na mídia. A autora afirma que a interseccionalidade é uma ferramenta essencial para compreender as múltiplas camadas de opressão que se sobrepõem e determinam quem é visto, ouvido ou reconhecido no espaço público. No jornalismo, isso se traduz na forma como as mulheres negras, mesmo quando presentes, raramente ocupam espaços de decisão, direção editorial ou protagonismo narrativo.

A autora também contribui para essa discussão ao afirmar que a invisibilidade das mulheres negras nos meios de comunicação é resultado de um processo histórico de apagamento. Para ela, as vozes negras, sobretudo as femininas, têm sido sistematicamente silenciadas ou enquadradas a partir de estereótipos que reduzem sua complexidade. Essa prática reforça o imaginário social que associa a branquitude ao conhecimento e à credibilidade, enquanto relega as mulheres negras à marginalidade discursiva.

Para além disso, Sueli Carneiro (2003) aponta que a mídia brasileira, ao reproduzir padrões de representação excludentes, contribui para a manutenção de um racismo institucional que define quem tem acesso à palavra e ao poder de narrar. No campo jornalístico, esse processo se manifesta tanto na ausência de profissionais negras em posições de destaque quanto na forma como suas experiências são sistematicamente silenciadas ou distorcidas. Assim, compreender a invisibilidade das mulheres negras no jornalismo é também reconhecer a urgência de romper com um modelo comunicacional que, historicamente, nega sua humanidade e sua autoridade como produtoras de conhecimento. É a partir desse reconhecimento que se torna possível vislumbrar um jornalismo verdadeiramente representativo.

Esse cenário evidencia que a luta das mulheres negras no jornalismo vai além da presença simbólica em fotos institucionais ou ações pontuais de diversidade, trata-se da urgência de ocupar espaços de fala e de decisão, capazes de transformar a lógica excludente da comunicação e inserir novas perspectivas no fazer jornalístico. Por esta razão, este estudo busca



entender um pouco mais da realidade da profissão e principalmente dessas mulheres.

2.4 A mídia sul-mato-grossense

O pesquisador Eduardo Fregatto (2024), analisou que mídia sul-mato-grossense apresenta características singulares dentro do cenário nacional, especialmente no que se refere ao jornalismo digital. Apesar de o estado estar afastado dos grandes centros de concentração de mídia, Mato Grosso do Sul esteve entre os pioneiros do país na adoção de portais exclusivamente on-line, como demonstram os primeiros veículos digitais surgidos em Dourados e em Campo Grande ainda nos anos 1990 (Fortuna, 2014; Fregatto, 2024). Atualmente, o estado conta com 176 portais ativos, concentrados principalmente nas regiões mais populosas, incluindo a capital, que abriga 41 desses veículos. A diversidade de editorias abrange notícias locais, política, economia, cotidiano e cultura, além de alguns portais especializados ou independentes mantidos por contribuições de colunistas.

Esse panorama evidencia tanto o dinamismo quanto as desigualdades regionais na distribuição de informação, considerando que oito municípios ainda são considerados desertos de notícias, e 25 quase desertos⁷. Ainda segundo Fregatto (2024), no contexto de pesquisa sobre jornalistas e práticas jornalísticas em Mato Grosso do Sul, os portais que focam na cobertura de acontecimentos regionais se destacam como objetos centrais, especialmente por sua relevância histórica como pioneiros do jornalismo digital no estado.

⁷ Município ou comunidade que não possui veículos de imprensa locais independentes, como jornais, rádios, sites ou emissoras de TV, que cubram o noticiário da região



Em sua análise, mesmo baseado no censo de 2019, Fregatto constatou que o mercado jornalístico de Mato Grosso do Sul, ainda é um mercado precarizado. Em seu levantamento, ele concluiu que mais de dois terços dos profissionais possuem dois ou mais empregos, e cerca de 60% trabalham entre 30h e 60h por semana para complementar a renda. Reflexo dos 56% que afirmaram receber cerca de 1 a 4 salários mínimos, sem um piso salarial.

Ao longo das últimas décadas, o perfil do jornalista sul-mato-grossense tem se transformado, refletindo mudanças sociais e políticas mais amplas no país. A feminização da profissão, é um reflexo disso, uma vez que 51,3% é ocupado por mulheres em Mato Grosso do Sul e em nível nacional, segundo dados do Perfil dos Jornalistas Brasileiros (2021), esse número é de 60,2%.

O aumento do acesso de pessoas negras às universidades, impulsionado por políticas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas, tem possibilitado que mulheres e homens negros ingressem em cursos de Jornalismo, antes predominantemente ocupados por estudantes brancos de classes médias. Essa mudança no perfil acadêmico repercute diretamente no mercado de trabalho jornalístico, criando oportunidades para uma maior diversidade étnico-racial nas redações e fortalecendo a necessidade de políticas e práticas profissionais que garantam a permanência, o reconhecimento e a ascensão desses novos profissionais. Nesse contexto, as cotas funcionam como instrumento fundamental de inclusão, mas sua implementação deve ser acompanhada de ações complementares que enfrentem as barreiras estruturais e culturais ainda presentes no ambiente jornalístico, especialmente para mulheres negras.

A implementação das políticas de ação afirmativa no Brasil, especialmente as cotas raciais, tem sido fundamental para ampliar o acesso de negros e negras ao ensino superior. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) estabeleceu que universidades federais reservem 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com



critérios adicionais de renda e etnia. Essa política resultou em um aumento significativo na presença de negros e pardos no ensino superior. Dados do IBGE indicam que, em 2022, 11,7% da população preta e 12,3% da população parda com 25 anos ou mais possuíam ensino superior completo, números significativamente superiores aos de 2000, quando essas proporções eram de 2,1% e 2,4%, respectivamente.

No entanto, apesar desse avanço, as mulheres negras ainda enfrentam desafios. Embora representem uma parcela crescente entre os ingressantes no ensino superior, elas continuam sub-representadas em cursos de maior prestígio e em posições de liderança nas redações jornalísticas. Isso evidencia que, embora as cotas tenham ampliado o acesso, a verdadeira inclusão requer políticas complementares que garantam a permanência e ascensão dessas mulheres no ambiente acadêmico e profissional.

Djamila Ribeiro (2018) ressalta que a inclusão de pessoas negras nas universidades, por meio das cotas, é apenas o primeiro passo de um processo mais amplo de enfrentamento das desigualdades. A presença negra nas instituições acadêmicas e, posteriormente, no mercado de trabalho, ainda é marcada por preconceito, invisibilização e dificuldade de ascensão. No campo do jornalismo, esse cenário se reflete na sub-representação de profissionais negras nas redações, evidenciando que a política de cotas, embora essencial, não é suficiente para garantir inclusão plena e equidade de oportunidades. Assim, torna-se necessário pensar em ações complementares que promovam a permanência, o acolhimento e o reconhecimento profissional das mulheres negras no jornalismo.

Na sequência, vamos avaliar a presença dessas mulheres no jornalismo sul-mato-grossense, assim como os principais resultados obtidos no censo comparando com o levantamento anterior, feito pelo Sindjor, e com o Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021 (Lima e Mick *et al*, 2022) e no recorte Centro-Oeste (Ferreira *et al*, 2023).



3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Perfil geral da categoria

O Censo dos Jornalistas de Mato Grosso do Sul 2025, após seis anos do último levantamento, contou com a participação de 271 profissionais, representando diferentes regiões do estado e múltiplas formas de atuação jornalística como repórteres, assessores de imprensa, produtores de conteúdo. Os dados mostram um retrato diversificado da categoria, mas também evidenciam desigualdades que atravessam o campo comunicacional sul-mato-grossense.

A distribuição geográfica dos respondentes mostra uma concentração na capital, Campo Grande, que reúne 77,2% dos profissionais participantes. Apenas 22,8% estão localizados no interior do estado, o que reforça a centralização das oportunidades e das estruturas jornalísticas nos grandes centros urbanos, especialmente na capital, onde se encontram as principais redações, assessorias e órgãos públicos. Essa concentração indica para o desafio da interiorização do jornalismo e da representatividade regional, já que a produção informativa segue vinculada à dinâmica da capital.

Na faixa etária, observa-se uma predominância de profissionais com entre 31 e 40 anos (32,1%), seguidos por jornalistas de 41 a 50 (24,4%) e por um grupo um pouco menor de jovens com até 30 anos (24%). O número reduzido de profissionais jovens pode indicar tanto uma retração no ingresso de novos jornalistas no mercado quanto a dificuldade de permanência na profissão, situação que acompanha o processo de precarização do trabalho jornalístico nas últimas décadas. A escolaridade dos respondentes reforça o alto nível de qualificação da categoria. A maioria possui ensino superior completo (39,1%), seguida por especialização (21,4%), e uma pequena parcela formada por concluintes do mestrado (8,1%), totalizando 84,1% de jornalistas com diploma, ainda assim 15,9% atuam sem qualquer formação.



Quanto à ocupação principal, a pesquisa identificou que a maioria dos jornalistas atua em assessorias de comunicação (36,5%), seguida por redações de portais e jornais on-line (28,8%), televisão (8,9%) e rádio (10,7%). Esse dado reforça a migração de profissionais das redações tradicionais para o setor organizacional. Porém, em nível nacional, um pouco mais da metade, 51% afirmou desempenhar a função de repórter.

Já no vínculo empregatício, o levantamento mostra que 37,6% dos jornalistas trabalham sob regime CLT, enquanto 16,6% ocupam cargos de confiança, 10,7% atuam como autônomos, terceirizados ou prestadores de serviço (PJ), e o restante declara concursos, vínculos temporários, contratos híbridos ou outras formas de trabalho informal. Além disso, 31,7% dos respondentes afirmaram exercer mais de uma função para complementar a renda mensal, o que demonstra a polivalência forçada do profissional contemporâneo, conforme discute Barros Filho (2008) ao abordar as transformações éticas e produtivas do jornalismo na era da sobrecarga informacional.

A carga horária de trabalho também reflete esse cenário, 26,2% dos profissionais afirmam trabalhar 8 horas por dia - não cumprindo a regulamentação da profissão que prevê 5 horas diárias - enquanto 19,2% cumprem as 5 horas diárias e 18,5 % trabalham 6 horas, permitidas mediante pagamento de horas-extra.

Em relação à remuneração, a maior parte dos jornalistas concentra-se na faixa de 2 a 4 salários-mínimos (31,7%), seguida por profissionais que recebem acima de 5 salários-mínimos (23,2%).

Outro ponto relevante é o nível de escolaridade, a ampla maioria dos respondentes possui ensino superior completo (39,1%), seguido por especializados (21,4%), o que reafirma o caráter altamente qualificado da categoria para uma média de salário abaixo do esperado conforme apresentado acima.

O jornalismo sul-mato-grossense é composto hoje majoritariamente por mulheres (51,3%), seguindo a tendência nacional de



feminização da profissão, apontada pelo levantamento da Fenaj e UFSC (Lima e Mick *et al*, 2022), que indica mais de 60% de profissionais do gênero feminino no país. Quanto à raça, pouco mais de 30% se declararam negros/as em MS, ante 32,3% de negros e pardos pelo censo geral da categoria feito pela Federação em 2023.

Assim, o perfil traçado pelo Censo Sindjor-MS 2025 evidencia um campo concentrado geograficamente, e de certa forma precarizado em suas relações de trabalho. A análise dos blocos seguintes aprofunda as dimensões de raça e gênero, permitindo compreender como esses marcadores sociais moldam a experiência profissional e simbólica dos jornalistas em Mato Grosso do Sul.

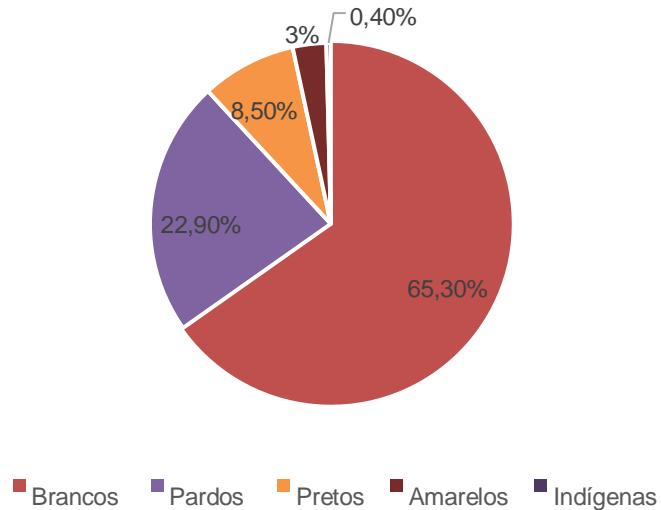
3.2 Jornalismo racializado

Apesar das condições desafiadoras, os dados também revelam um campo em transformação. No que diz respeito à composição racial, a categoria permanece majoritariamente branca (65,3%), seguida por pardos (22,9%), pretos (8,5%), amarelos (3%) e indígenas (0,4%).

Figura 7:



Distribuição racial dos jornalistas de Mato Grosso do Sul



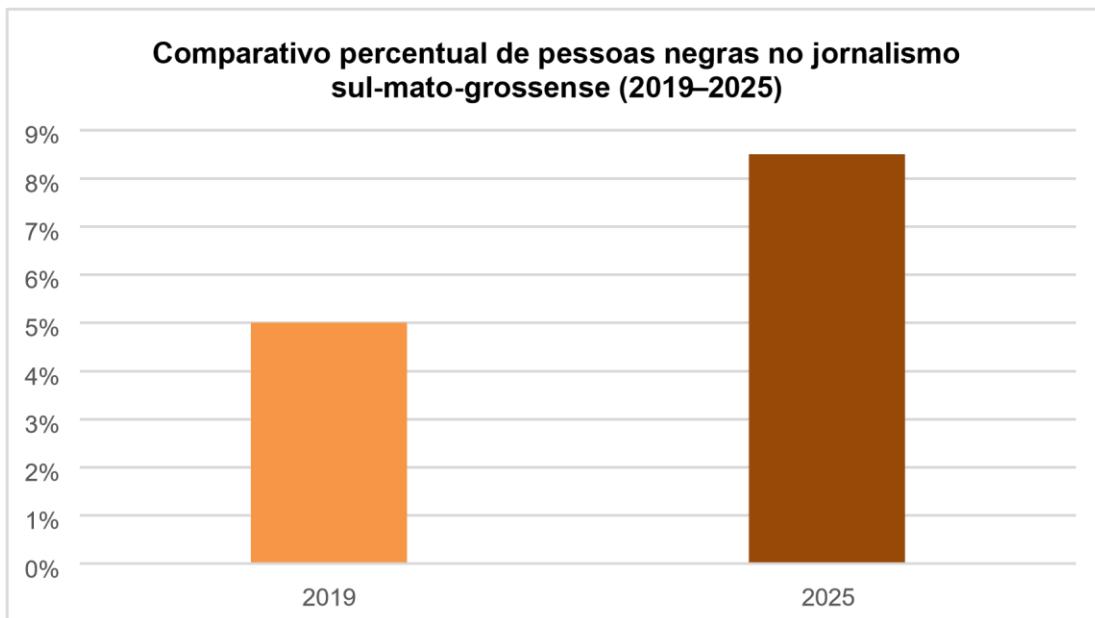
Fonte: Censo Sindjor-MS 2025

Apesar disso, ao comparar com o último levantamento realizado pelo Sindjor-MS, o número de pessoas negras nos ambientes jornalísticos aumentou 3,5%, uma vez que no censo de 2019, o percentual era de 5%.



Figura

8:

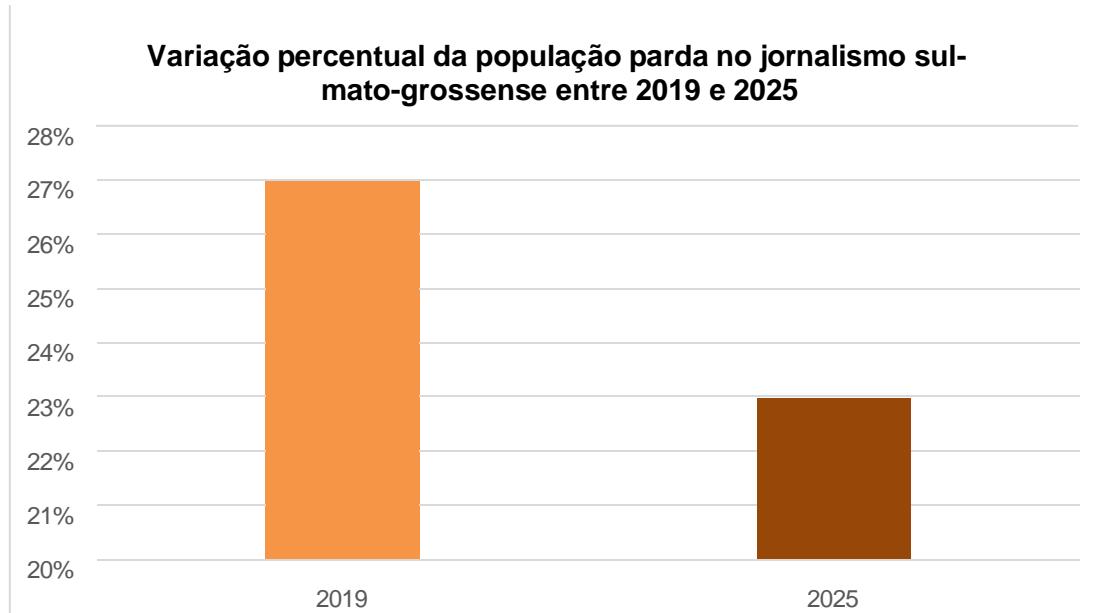


Fonte: Censo Sindjor-MS 2019 e 2025.



Por outro lado, o número de jornalistas pardos apresentou queda de 4%.

Figura 9:



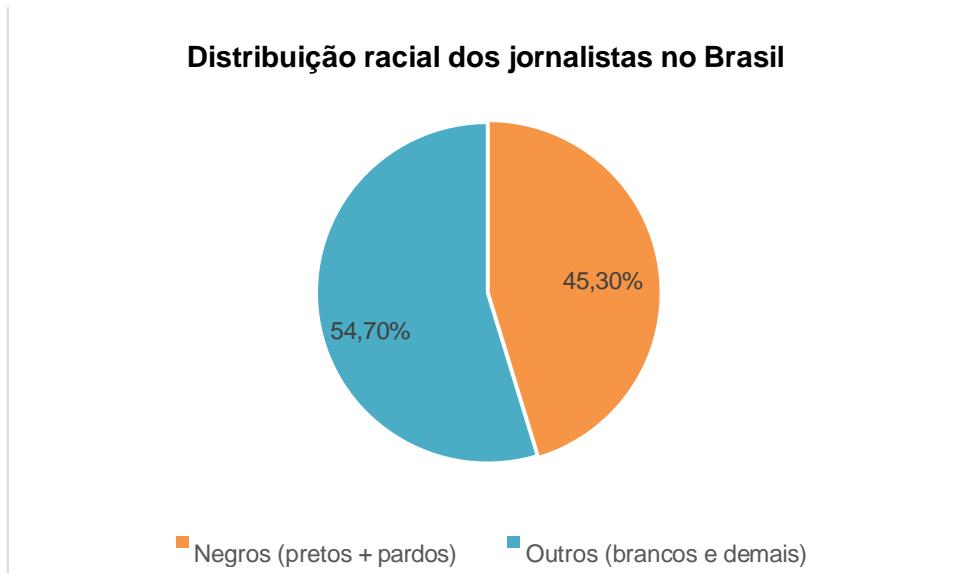
Fonte: Censo Sindjor-MS 2019 e 2025.

Ainda que a soma entre pretos e pardos componha um percentual próximo à média nacional de 45,3% segundo dados coletados em 2022 pelo IBGE⁸, o que poderia sugerir diversidade, em uma leitura interseccional revela que essa presença não se traduz em igualdade de oportunidades ou visibilidade dentro do campo jornalístico. Como afirma Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade revela justamente como as estruturas de poder operam simultaneamente, e não de forma isolada, e isso ajuda a compreender por que o avanço quantitativo da presença negra não resulta, necessariamente, em transformações qualitativas nas relações de poder e reconhecimento profissional.

⁸ Censo do IBGE <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>



Figura 10:



Fonte: Lima e Mick *et al*, 2022

No Censo 2025, 61,3% dos participantes afirmaram já ter experimentado sofrimento psíquico associado ao trabalho, citando sintomas como ansiedade, burnout e esgotamento. Esses dados dialogam com as conclusões de Roseli Figaro (2018), que aponta que o jornalismo brasileiro vive uma fase de intensificação do trabalho e enfraquecimento dos vínculos empregatícios, resultando em “sujeitos exauridos pela urgência e pela falta de reconhecimento” (Figaro, 2018, p. 79).

Essas condições se agravam quando atravessadas por marcadores de raça e gênero. Mulheres negras, por exemplo, tendem a estar mais expostas a sobrecargas, tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele, realidade que Carla Akotirene (2019) define como o reflexo da interseccionalidade estrutural, quando a soma de opressões (racismo, machismo e classismo) produz um desgaste físico e emocional que vai além das condições objetivas de trabalho.

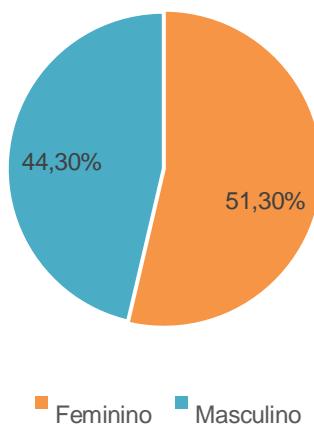


3.3 Jornalismo: gênero feminino

Em relação ao gênero, os respondentes se identificam predominantemente feminino (51,3%) e masculino (44,3%).

Figura 11:

Distribuição de gênero entre jornalistas de Mato Grosso do Sul

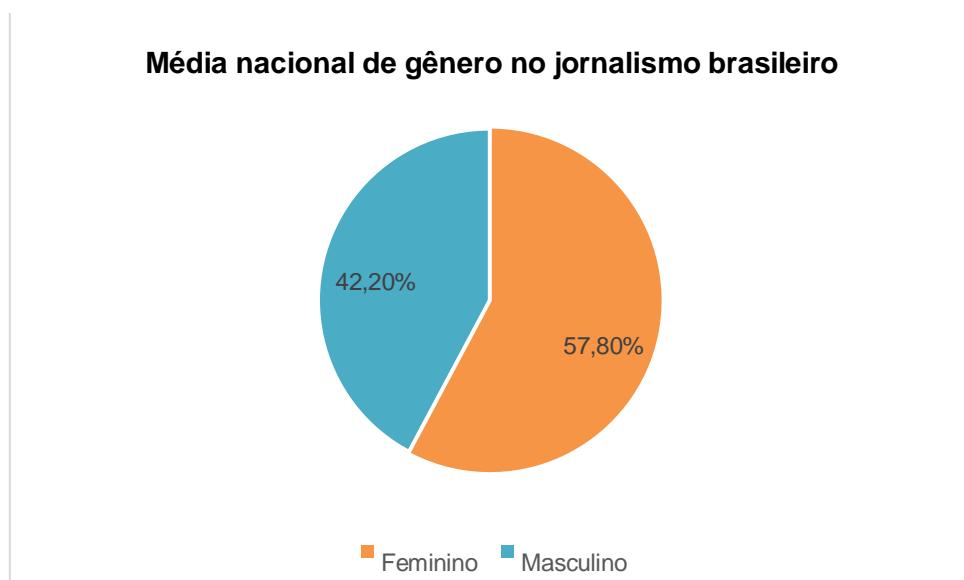


Fonte: Censo Sindjor-MS 2025.

O número segue a tendência nacional de predomínio feminino no Jornalismo brasileiro que quase alcança a média nacional, que é de 57,8% segundo última pesquisa perfil dos jornalistas brasileiros (Lima e Mick *et al*, 2022).



Figura 12:



Fonte: Lima e Mick *et al*, 2022.

No entanto, o novo levantamento também mostrou um aumento de 1,4% de homens e uma queda de 0,3% em relação ao público feminino, considerando o censo de 2019, o que não é significativo, mas não segue o predomínio nacional.

O bloco de violência de gênero do Censo Sindjor-MS 2025, que foi respondido exclusivamente por mulheres, pois logo no texto introdutório do bloco, havia um aviso reforçando que aquela parte era para ser respondida apenas por mulheres, expõe uma realidade que, embora silenciosa, permanece estruturalmente enraizada nas relações de trabalho jornalístico. Mais de 25 % afirmaram ter sofrido violência física na vida privada e 24,6% afirmaram ter sofrido violência sexual também na vida privada. Os índices relacionados às violências morais e psicológicas foram significativamente mais altos. 54,6% afirmaram ter sofrido violência moral na vida privada e 56% violência psicológica.

Esse contraste sugere que, mesmo em ambientes formais e institucionalizados, o machismo estrutural ainda orienta as dinâmicas de



poder, de reconhecimento e de ascensão profissional das mulheres. Como pontua Bourdieu (1996), a violência simbólica se manifesta justamente na sutileza das relações cotidianas, naquilo que é naturalizado e reproduzido sem contestação.

Entre os relatos coletados nas respostas abertas, é possível identificar diferentes formas de violência simbólica, moral e institucional, expressas em episódios de silenciamento, descrédito, assédio e exclusão de oportunidades. Uma jornalista relatou: "Já fui assediada moral e sexualmente no local de trabalho, mas não soube a quem recorrer." Outra apontou como o gênero interfere diretamente nas relações profissionais: "O gênero impacta no crescimento da carreira, no relacionamento com as fontes e com os colegas de trabalho". Essas narrativas reforçam que as redações continuam sendo ambientes marcados por relações hierárquicas de poder masculino, onde o reconhecimento e o respeito ainda são condicionados à adequação a padrões de gênero. O relato de outras profissional ilustra essa estrutura de dominação simbólica: "A maioria das redações contam com editores chefes homens, sendo que em grande maioria as mulheres são mais organizadas, competentes, proativas. Entendo que existe um grande machismo velado nas redações sul-mato-grossenses [...] Sofri muitas experiências abusivas e de assédio moral no mercado de trabalho, duas em específico vindas de homens [...]."

Essas análises confirmam o que Carla Akotirene (2018) define como interseccionalidade estrutural, o entrelaçamento de opressões de gênero, raça e classe que produz um desgaste físico e emocional contínuo sobre as mulheres. A violência, nesses casos, não é apenas individual, mas institucionalizada, moldada pela lógica de poder patriarcal que define os espaços de fala e decisão no jornalismo.

Há também um componente geracional importante, como destaca outra jornalista: "Mulheres 40+ sofrem discriminação pela idade, pelo peso, pelo cabelo, mas acima de tudo tive graves sequelas por conta da violência psicológica silenciosa, geralmente vinda de um superior imediato homem.



Sou silenciada, em geral, por não concordar com ‘a panela’ que sempre se forma.”

Além do ambiente interno das redações, as mulheres também relatam dificuldades de credibilidade e respeito durante o exercício da profissão, sobretudo no trato com fontes oficiais e figuras masculinas de autoridade: “Infelizmente, não conseguimos ter o mesmo respeito em certas entrevistas, como com policiais, bombeiros e militares. [...] Alguns até debocham.”

Essas falas refletem o que Sueli Carneiro (2003) identifica como a permanência do patriarcado simbólico, no qual a mulher - especialmente a mulher negra - é posicionada como subalterna, mesmo quando ocupa espaços de legitimidade profissional. As consequências dessa violência simbólica e moral são profundas, gerando adoecimento emocional e insegurança profissional. Uma jornalista descreve: “Desenvolvi burnout, pois era só ele entrar na sala que eu começava a tremer sem parar”.

O conjunto das respostas mostra que a violência de gênero no jornalismo sul-mato-grossense é múltipla, ela vai da desvalorização e do assédio moral ao esgotamento psicológico e à exclusão institucional. Trata-se de uma estrutura que naturaliza o controle sobre o corpo e a voz das mulheres. Esses dados e relatos serão trabalhados de forma mais profunda pela comissão Vanessa Ricarte, pensando em medidas de enfrentamento à violência contra mulher.

3.4 As experiências interseccionais no jornalismo sul-mato-grossense

O bloco de raça do Censo Sindjor-MS 2025 mostrou ser um marco na produção de dados sobre diversidade no jornalismo sul-mato-grossense, ao incluir perguntas específicas sobre identidade racial e experiências de discriminação. Mais do que mensurar presença, esse conjunto de respostas revela como o racismo e o gênero operam como estruturas de poder



simbólico dentro das redações, moldando quem ocupa determinados espaços e como essas presenças são percebidas.

Conforme aponta Sueli Carneiro (2003), o racismo no Brasil se sustenta em uma lógica de negação, ele não se mostra abertamente, mas age por meio da omissão, da deslegitimização e da ausência de representatividade. Esse mecanismo aparece com clareza nas respostas abertas, em que profissionais negros relatam experiências de silenciamento, isolamento e constante necessidade de provar competência.

Além disso, os dados refletem o que Djamila Ribeiro (2017) define como as “camadas do machismo e do racismo”, uma sobreposição que não apenas limita a ascensão de mulheres negras, mas também produz um ambiente emocionalmente desgastante, no qual a presença negra é vista como exceção e não como parte da categoria.

Para nós, falar desses temas é questão de sobrevivência, é denunciar a dura e desigual realidade. Pedir para paramos de falar disso, seguindo a síndrome Morgan Freeman de ser, é querer manter as coisas como estão. Freeman, em uma entrevista, disse que o dia em que paramos de falar de racismo, ele deixará de existir, como se racismo fosse uma entidade (Ribeiro, 08 mar. 2016, em entrevista Partido dos Trabalhadores).

O Censo reuniu um conjunto de perguntas objetivas, voltadas à percepção de profissionais negros sobre racismo, oportunidades e inclusão no ambiente de trabalho. De modo geral, as respostas evidenciam uma percepção ambígua, pois, embora parte dos jornalistas negros reconheça a persistência de desigualdades estruturais, a maioria afirma não ter vivenciado diretamente situações de racismo em suas trajetórias profissionais. Entre os respondentes autodeclarados negros (pretos e pardos), 87% disseram não ter enfrentado obstáculos na carreira por ser uma pessoa negra, enquanto 71,1% afirmaram não ser a única pessoa negra da sua equipe de trabalho.



Quando questionados se a cor da pele influenciou nas oportunidades profissionais, 60,4% dos jornalistas negros afirmaram que não sentiram algum impacto negativo relacionado à raça, enquanto 16,8% responderam "talvez".

Ainda que os números mais altos indiquem uma percepção de igualdade formal, as respostas abertas mostram que essa sensação está muitas vezes ligada à naturalização do racismo e à ausência de discussões explícitas sobre o tema nas redações.

Outro dado relevante é que 41,4% dos participantes consideram que o ambiente de trabalho é/foi racialmente inclusivo, enquanto 24,8% responderam que foi “parcialmente” inclusivo. Ou seja, quase metade dos respondentes percebem uma cultura organizacional antirracista, mas para outros há ainda ressalvas.

Esses resultados evidenciam uma contradição, enquanto o racismo institucional é estrutural e persistente, parte dos profissionais negros tende a minimizar ou silenciar suas experiências, o que reflete o fenômeno da violência simbólica racial. Portanto, o bloco racial do Censo Sindjor-MS 2025 revela que, embora o discurso da igualdade esteja cada vez mais presente, a prática jornalística ainda reproduz desigualdades raciais.

A análise do bloco de raça revela também que muitos profissionais negros percebem um padrão de apagamento simbólico em relação às suas contribuições. A ausência de referências negras nas redações, nos cargos de decisão e nos produtos jornalísticos é interpretada como reflexo direto de um racismo estrutural que define o que é considerado legítimo no campo comunicacional.

No bloco de recorte racial, 13,7% dos participantes negros disseram que sentem que sua raça influenciou negativamente sobre as oportunidades que teve no jornalismo.



Figura 13:



Fonte: Censo Sindjor-MS 2025.

Para Grada Kilomba (2020), o apagamento das vozes negras faz parte de um processo mais amplo de manutenção da branquitude como norma, onde o sujeito branco é colocado como universal e o sujeito negro, como “outro”. Essa estrutura simbólica é reproduzida nas instituições - inclusive na mídia - que define quem pode falar, ser ouvido e legitimado. No caso do jornalismo sul-mato-grossense, o Censo 2025 mostra que a presença negra é real, mas ainda carece de visibilidade e reconhecimento institucional, o que demonstra a sub-representação de pessoas negras no jornalismo e a persistência de uma lógica comunicacional que privilegia o olhar branco como centro da narrativa. Dessa forma, mais do que números, o bloco de raça, especialmente as perguntas abertas evidenciam as percepções subjetivas e coletivas de quem enfrenta diariamente as contradições entre o discurso de imparcialidade jornalística e a vivência de desigualdades estruturais.

Embora o instrumento não cruzasse diretamente os marcadores de gênero e raça, o conjunto das respostas evidencia que a desigualdade racial atravessa a categoria de forma estrutural, atingindo homens e mulheres negras em diferentes intensidades. Essa leitura é amparada pelo conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1989) e aprofundado por Carla Akotirene (2018), que permite compreender como os marcadores sociais da diferença, operam de forma combinada na produção de desigualdades. Ou seja, a presença de jornalistas negros ainda é



simbólica, eles estão, mas não ocupam esses lugares. A comparação com dados nacionais reforça essa percepção.

As respostas abertas exclusiva para pessoas negras no Censo Sindjor-MS 2025 indicam que, embora tenha havido um aumento na presença nas redações de Mato Grosso do Sul, o sentimento de pertencimento continua limitado. Muitos profissionais relatam que, mesmo estando presentes, permanecem se sentindo isolados ou invisibilizados em seus espaços de trabalho. Como afirmou uma das respondentes, “sinto dificuldade para ocupar outros espaços na carreira”, enquanto outra destacou a “falta de credibilidade nas minhas competências e de reconhecimento”. Esses relatos evidenciam que a representatividade numérica não necessariamente se traduz em reconhecimento simbólico ou em condições equitativas de ascensão.

Outros depoimentos reforçam essa percepção de solidão e barreiras estruturais. Em uma das respostas abertas e anônimas, uma pessoa escreveu que “estruturalmente as coisas se apresentam com mais dificuldades”, enquanto outra mencionou a “falta de oportunidade na televisão”, sugerindo que a presença de pessoas negras tende a se concentrar em funções menos visíveis ou de menor prestígio. Esse quadro dialoga com a análise de Patricia Hill Collins (2009), que define a matriz de dominação como o sistema social que organiza o poder em torno de categorias interseccionais, como raça, gênero e classe. Dentro dessa matriz, os corpos negros, sobretudo os femininos, seguem posicionados em lugares de subordinação simbólica, tendo sua autoridade profissional constantemente questionada.

Além disso, as respostas revelam como o sentimento de “não pertencimento” ultrapassa o campo profissional e atinge dimensões subjetivas. Estar nas redações, mas não se sentir parte delas, torna-se uma experiência cotidiana. Essa ausência de acolhimento e de referências raciais dentro dos veículos de comunicação reforça o que Djamila Ribeiro (2017) denomina de “lugar de fala negado”, quando sujeitos subalternizados têm

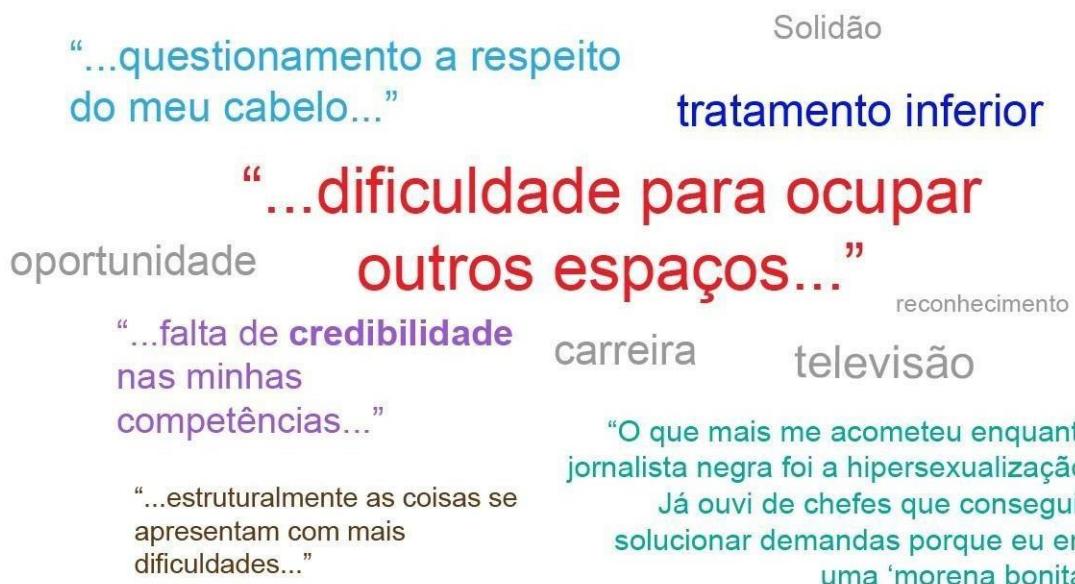


sua legitimidade epistemológica e emocional constantemente desautorizada.

Nesse sentido, o pertencimento se constrói como um processo atravessado pela interseccionalidade: mulheres negras enfrentam, ao mesmo tempo, o racismo institucional e o sexism estrutural, o que limita tanto o reconhecimento de suas competências quanto o espaço para que possam expressar suas perspectivas e narrativas. Assim, mais do que constatar a presença de jornalistas negros nas redações, o Censo Sindjor-MS 2025 revela as ausências simbólicas que persistem, aquelas que se manifestam na falta de credibilidade, na ausência de ascensão e na carência de espelhos identitários dentro das estruturas midiáticas do estado.



Figura 14: Nuvem de palavras de algumas respostas abertas no Censo Sindjor-2025



Fonte: Censo Sindjor-MS 2025. Crédito de imagem: Giovanni Cristaldo

Outro ponto recorrente nas respostas abertas refere-se à naturalização do racismo no ambiente de trabalho. Comentários velados, piadas, silenciamentos e o questionamento constante da competência aparecem como experiências compartilhadas entre os respondentes autodeclarados pretos e pardos. Todas as respostas abertas, serão apresentadas de forma anônima para preservar a identidade dos participantes.

Em destaque, a resposta “O que mais me acometeu enquanto jornalista negra foi a hipersexualização. Já ouvi de chefes que conseguia solucionar demandas porque eu era uma ‘morena bonita’”, chama atenção. Esses episódios confirmam o que Sueli Carneiro (2003) descreve como racismo institucional, uma forma de discriminação que não se manifesta apenas em atitudes individuais, mas nas próprias estruturas e normas que sustentam o funcionamento das organizações. No jornalismo, esse racismo aparece na distribuição desigual de pautas, na ausência de vozes negras em cargos de chefia, televisivo e no silenciamento das experiências de profissionais negros.



Jornalistas que se identificaram como mulheres negras mencionaram sentir-se constantemente testadas, desacreditadas ou estereotipadas, como mostra outro exemplo de respostas abertas do Censo 2025: “Já tive minha competência questionada em alguns momentos, não pela cor da minha pele, mas sim, por ser mulher”.

No jornalismo, as mulheres negras enfrentam a dupla barreira de serem minoria racial e gênero, e ainda precisam lidar com a expectativa de neutralidade que invisibiliza suas vivências. Essas falas ilustram o que Djamila Ribeiro (2017) denomina de lugar de fala: o direito de existir, expressar e ser ouvida a partir da própria experiência.

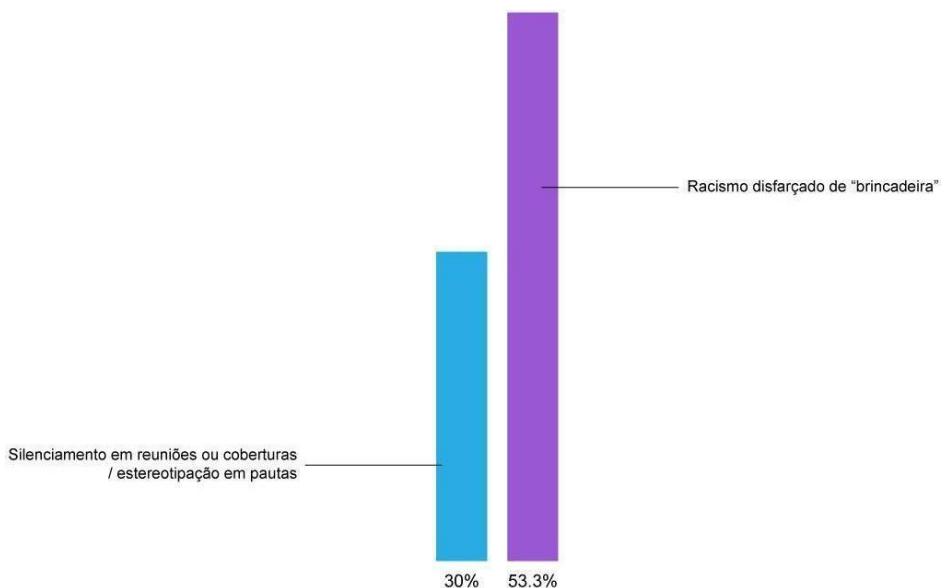
Os números refletem a teoria de Kimberlé Crenshaw (1989) sobre a interseccionalidade, ao revelar que a experiência de uma mulher negra no jornalismo não pode ser analisada apenas como “ser mulher” ou “ser negra”, mas sim como resultado do cruzamento entre essas duas opressões. Essa constatação ecoa o título deste trabalho: “A presença (in)visível de mulheres negras no jornalismo”, pois elas estão presentes, mas em posições marginais, com pouca visibilidade e reconhecimento.

Mais do que a ausência de representatividade, o Censo 2025 evidencia as formas pelas quais o racismo e o machismo atravessam o cotidiano das redações. Entre os/as jornalistas negros/as que participaram do levantamento, 11,2% dizem ter vivenciado situações de discriminação ou constrangimento relacionados à sua identidade racial. As manifestações que mais se destacam foram o racismo disfarçado de “brincadeira” com 53,3%, silenciamento em reuniões ou coberturas e estereotipação em pautas com 30%.



Figura 15:

Fonte: Censo Sindjor-MS 2025.



A violência simbólica, quando transposta para o contexto racial, se intensifica, pois, como explica Sueli Carneiro (2003), o racismo atua não apenas pela exclusão explícita, mas pela forma como as pessoas negras são percebidas, avaliadas e tratadas nos espaços de poder. Mesmo inseridos nesses ambientes midiáticos, jornalistas negros e negras continuam sendo posicionados como “outros” - não apenas diferentes, mas deslocados -reafirmando um sistema que legitima a centralidade branca como referência universal.

Na leitura de Sueli Carneiro (2003), esse processo reflete o epistemicídio, o apagamento do valor intelectual e simbólico do sujeito negro, cuja fala e competência são constantemente postas à prova. A partir dos relatos coletados, é possível perceber como esse apagamento se atualiza no campo jornalístico por meio de pequenas violências diárias, as micro agressões, a dúvida velada, a piada que desqualifica, a pauta que nunca chega.

Essas experiências, somadas, apontam que a presença de pessoas



negras nas redações ainda ocorre sob condições de tensão e resistência.

Como observa Djamila Ribeiro (2017), o racismo estrutural se manifesta também na sutileza das relações, perpetuando hierarquias e fragilizando o pertencimento. Reconhecer essas dinâmicas é o primeiro passo para pensar políticas internas que promovam ambientes de trabalho respeitosos.

3.5 Quem é a mulher negra jornalista em MS

A partir do recorte racial do Censo Sindjor-MS 2025, foi possível gerar uma planilha com resultados e filtrar para identificar e traçar o perfil das mulheres negras que atuam no jornalismo sul-mato-grossense. Entre as 271 respostas totais, 43 mulheres se autodeclararam pretas ou pardas, o que por si só já evidencia a sub-representação desse grupo dentro da categoria. Apesar do número reduzido, as respostas fornecem um retrato relevante sobre as condições de inserção.

A maioria dessas mulheres está na faixa etária de 18 a 30 anos, o que indica uma geração mais jovem, em processo de consolidação de carreira. Também se observa que a maioria não são mães, o que pode estar relacionado tanto à fase de vida quanto às dificuldades estruturais impostas às mulheres de conciliar maternidade e trajetória profissional, especialmente em um ambiente de trabalho competitivo e instável como o jornalismo. Em relação ao tempo de atuação, essas mulheres trabalham de 1 a 5 anos no mercado, o que reforça a ideia de que a presença de mulheres negras no jornalismo sul-mato-grossense é recente e ainda enfrenta barreiras de consolidação. Quase todas as respondentes residem na capital, Campo Grande, o que demonstra a visibilidade jornalística na região urbana, em detrimento do interior do estado. Quanto à inserção profissional, grande parte dessas mulheres atua em assessorias de imprensa e possui vínculo formal sob regime CLT. A faixa salarial predominante é de 2 a 4 salários mínimos, sendo a maioria exercendo mais de um emprego para complementar a renda, uma realidade que expressa a precarização do



trabalho e a sobrecarga que recai sobre as mulheres negras, conforme discutido por Roseli Figaro (2018) ao tratar da intensificação e polivalência do trabalho jornalístico contemporâneo. No que diz respeito à saúde mental e às violências, o cenário é preocupante. Apenas 8 dessas mulheres relataram não ter sofrido burnout, ansiedade ou algum tipo de adoecimento psicológico relacionado ao trabalho, enquanto as outras 35 relataram já ter vivenciado esse esgotamento. Além disso, a maioria dessas profissionais responderam “talvez” na pergunta sobre ter percebido obstáculos em suas carreiras devido à cor da pele.

Dados que corroboram as barreiras para ascensão das mulheres negras, exigindo mais que competência, coragem e resiliência para se manter nos espaços predominantemente brancos (Akotirene, 2018; Ribeiro, 2017). Essa presença, entretanto, ainda é marcada pela solidão e pela constante necessidade de provar pertencimento e legitimidade. Em diálogo com Sueli Carneiro (2003), pode-se afirmar que o campo jornalístico reproduz a lógica do “outro como não-ser”, na medida em que reconhece a mulher negra apenas de forma residual, e raramente como sujeito pleno de saber, voz e autoridade. Assim, o retrato dessas 43 mulheres negras que atuam no jornalismo sul-mato-grossense representa uma geração que, embora pequena em número, rompe o silêncio imposto pelas estruturas do campo jornalístico.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a presença de mulheres negras no jornalismo de Mato Grosso do Sul, articulando os marcadores de gênero e raça, a partir da execução e análise do Censo Sindjor-MS 2025. O estudo evidenciou a persistência de desigualdades estruturais que atravessam o campo jornalístico, especialmente no que diz respeito à representação de pessoas negras e à equidade de gênero nas redações.

O perfil traçado pelo Censo Sindjor-MS 2025 permite delinear quem é o jornalista sul-mato-grossense. Segundo o levantamento, a mídia do MS é majoritariamente mulher (51,3%), branca (65,3%), heterossexual (74,9%), com idade entre 31 e 40 anos (32,1%) e ensino superior completo (39,1%), sendo 84,1% formados em Jornalismo. Atuam predominantemente na capital, Campo Grande (77,2%), especialmente em assessorias de imprensa (36,5%), sob contrato CLT (37,6%), com jornadas médias de 8 horas diárias (26,2%) e renda entre dois e quatro salários-mínimos (31,7%). Cerca de 44,6% afirmam realizar horas extras e 31,7% acumulam mais de um emprego, o que revela o caráter multifuncional e, muitas vezes, precarizado da profissão.

Além disso, 61,3% dos dados mostram que esses jornalistas provavelmente sofreram burnout, ansiedade ou sofrimento psíquico relacionados ao trabalho, e mais da metade (54,6%) afirmou já ter vivenciado situações de assédio moral no ambiente profissional. Assim, o retrato que emerge é o de uma categoria composta por profissionais qualificados, porém submetidos a condições desiguais e exaustivas.

Ao longo da pesquisa, foi possível observar que, embora o perfil da categoria jornalística sul-mato-grossense tenha apresentado avanços em relação à diversidade racial e de gênero, as mulheres negras continuam subrepresentadas nos espaços de decisão e reconhecimento profissional. O levantamento também mostrou que o jornalismo local segue refletindo as



hierarquias simbólicas presentes na sociedade, em que a branquitude e o masculino permanecem como referências centrais de legitimidade e poder.

Por outro lado, o recorte de gênero expôs nuances importantes sobre as experiências das mulheres no jornalismo. As respostas ao bloco de violência de gênero demonstraram que, embora a maioria das participantes tenha afirmado não sofrer violência na vida privada, as ocorrências de assédio moral, psicológico e discriminação por gênero no ambiente de trabalho e na vida privada, ainda são recorrentes. Esses relatos foram relevantes especialmente para a Comissão Vanessa Ricarte, que pretende utilizar esses dados como ponto de partida para planejar medidas de enfrentamento e acolhimento às jornalistas vítimas de violência, fortalecendo o compromisso com a criação de um ambiente mais seguro e equitativo nas redações do estado.

De maneira complementar, o recorte racial mostrou que muitos jornalistas negros ainda não percebem as desigualdades raciais como estruturais, o que reforça a necessidade de fortalecer o debate sobre racismo institucional nas redações. Mais do que um diagnóstico, este projeto se constitui como um gesto político, afirmando que há, sim, mulheres negras no jornalismo, e que suas presenças, ainda invisibilizadas, precisam ser vistas, reconhecidas e valorizadas. Mas o espaço - que foi a pergunta norteadora deste TCC - ainda é questionável.

O Censo Sindjor-MS 2025, enquanto produto e instrumento de pesquisa, foi concebido para servir à categoria como um mapa atualizado das condições de trabalho e das desigualdades internas que ainda atravessam o jornalismo sulmato-grossense. Cabe, portanto, ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS) a tarefa de utilizar esses resultados para planejar políticas, ações formativas e estratégias de valorização profissional, especialmente voltadas à promoção da diversidade, da equidade racial e de gênero. Dessa forma, reforça-se que os resultados aqui apresentados não pertencem unicamente à autora desta pesquisa, mas compõem um esforço conjunto entre universidade, sindicato e comissão, voltado à construção de um jornalismo comprometido.



O desenvolvimento do Censo dos Jornalistas de Mato Grosso do Sul 2025, parceria com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS) e a Comissão Vanessa Ricarte, representa um avanço na produção de dados sobre a categoria no estado. Diferente das edições anteriores, o levantamento acrescentou pela primeira vez blocos dedicados aos recortes de raça e gênero, possibilitando uma leitura mais precisa e crítica sobre quem ocupa o jornalismo em MS e em que condições essas presenças se dão.

O trabalho, de natureza híbrida - produto e pesquisa -, teve como ponto de partida a construção do próprio instrumento de coleta. A elaboração e aplicação do questionário, detalhado no apêndice, permitiram não apenas reunir informações atualizadas, mas também iniciar um debate público sobre quem ocupa esses lugares.

Apesar de as mulheres representarem 51,3% da categoria, as respostas evidenciaram que a presença feminina, sobretudo de mulheres negras, não garante equidade de condições. Os relatos colhidos no bloco de raça e gênero revelam que o racismo e o machismo continuam operando de forma sutil e cotidiana, manifestando-se por meio de micro agressões, silenciamentos e exclusões. Expressões como “falta de reconhecimento”, “dificuldade de ascensão” e “sensação de ser a única” foram recorrentes nas respostas abertas, apontando para um ambiente ainda excludente e pouco representativo.

Os resultados também trouxeram à tona as contradições estruturais da profissão. Embora a maioria dos jornalistas apresente um alto nível de escolaridade, as condições de trabalho permanecem marcadas pela instabilidade, múltiplos vínculos e baixa remuneração. Mais de 60% dos respondentes afirmaram já ter vivenciado algum tipo de sofrimento psíquico relacionado à prática jornalística, um dado que ecoa as análises de Roseli Figaro (2018) e reforça a urgência de discutir o cuidado emocional dentro das redações.



Em síntese, os dados revelam que o jornalismo sul-mato-grossense ainda é um campo desigual, mas que começa a se olhar com mais atenção. A presença do recorte racial no Censo 2025 é, por si só, um avanço. Ao nomear as desigualdades, o trabalho rompe com a lógica da invisibilidade e propõe caminhos para transformações concretas.

Por fim, ressalta-se que este censo constitui apenas um recorte inicial de uma base de dados mais ampla, que poderá ser futuramente cruzada, aprofundada e analisada sob outras perspectivas. Espera-se que o material sirva como referência para novas pesquisas, bem como para embasar ações estratégicas do Sindjor-MS e da Comissão Vanessa Ricarte. O objetivo é que os resultados aqui sistematizados se tornem ferramentas de planejamento e transformação efetiva da categoria.

Que o Censo Sindjor-MS 2025 não seja um ponto de chegada, mas um ponto de partida para que o campo jornalístico em Mato Grosso do Sul se torne, de fato, mais plural, equitativo e representativo de todas as vozes que constroem a notícia.



REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 2012.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades federais. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/ingresso-por-cotas>
<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/ingresso-por-cotas-aumentou167-nas-universidades>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Lei de Cotas e os efeitos no acesso à educação superior no Brasil. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/ingresso-por-cotas>
<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/ingresso-por-cotas-aumentou167-nas-universidades>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2003. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In. Racismo, sexism and desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2009.



CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.** University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, 1989.

FERREIRA, et al. **Perfil do jornalista brasileiro – Região Centro-Oeste.** Florianópolis: Quorum Comunicação, 2023. Disponível em:
https://pnbonline.com.br/wp-content/uploads/2023/10/2023-10-22-Perfil-do-Jornalista-do-Centro-Oeste-F_231023_150938.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

FIGARO, Roseli. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas.** São Paulo: Atlas, 2018.

FREGATTO, Eduardo Rafael. **Mapeamento das condições de trabalho dos jornalistas de Campo Grande-MS: análise dos jornais on-line Midiamax e Campo Grande News.** 2024. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom-UFMS), Campo Grande (MS), 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Tamiris. **Censo 2022:** número de pretos e pardos com nível superior cresceu 5 vezes. CNN Brasil, 26 fev. 2025. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/censo-2022-numero-de-pretose-pardos-com-nivel-superior-cresceu-5-vezes/pardos-com-nivel-superiorcresceu-5-vezes/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

IBGE. **Censo demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/22827censohttps://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/22827censo-demografico-2022.htmldemografico-2022.html>. Acesso em: 12 mai. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasília, DF: IPEA, 2024.

LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques; et al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho.** Florianópolis: Quórum Comunicações, 2022. Disponível em:
https://perfiljornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalista_s2022x2.pdf. Acesso em: [colocar data de acesso].



KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. **Informe MIR – Monitoramento e avaliação – nº 2 – Edição Mulheres Negras.** Brasília, DF: MIR, 2024.

NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista.** São Paulo: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. “**Pra nós, falar de machismo e racismo é questão de sobrevivência**”. *Partido dos Trabalhadores*, 08 mar. 2016. Disponível em: <https://pt.org.br/djamila-ribeiro-pra-nos-falar-de-machismo-e-racismo-e-questao-de-sobrevivencia/> Acesso em 08 nov.2023.

SANTOS, Dyane Brito. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo:** um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOU CIÊNCIA – Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Unifesp).

Número de alunos pretos e pardos nas universidades federais mais que triplicou em 13 anos. Folha de S.Paulo, 2024. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/05/numero-de-alunos-pretos-e-pardos-em-universidades-federais-mais-que-triplica-em-13-anos.shtml> Acesso em:
12 mai. 2025.



ANEXOS E APÊNDICES

Apêndice A: Censo Sidjor-MS 2019:

https://docs.google.com/forms/d/1JNPx_OmbJ1zj7R_ODyoF8hfLCzxFcYYo89tGFFRrmgg/edit?ts=5dadbd9

Censo Jornalistas-MS 2019

A rotina dos jornalistas é atrelada a prática da questionar: O que? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê? Buscamos diariamente as respostas para uma lead perfeita. Mas, já pensou como seria se estivéssemos do outro lado, o do questionado? O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS) propõe que façamos este exercício em prol da nossa profissão. Use cinco minutinhos do seu dia e responda o questionário do Censo Jornalistas 2019. Suas respostas irão ajudar o sindicato a traçar um panorama profissional que servirá de base para as ações da instituição, que incluem negociação salarial e ações de integração entre os profissionais.

Censo 2019

CENSO JORNALISTAS 2019
DE 21 DE OUTUBRO A 21 DE JANEIRO
PARTICIPE: JORNALISTASMS.COM.BR

Sindjor-MS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Censo Jornalistas-MS 2019



Perguntas Respostas 219 Configurações

1 - Nome completo (opcional)

Texto de resposta curta

2 - Telefone (opcional)

Texto de resposta curta

3 - E-mail (opcional)

Texto de resposta curta

4 - Local de trabalho

Texto de resposta curta

5 – Qual sua faixa de idade *

- 18 – 30 anos
- 31 – 40 anos
- 41 – 50 anos
- 51 – 60 anos
- Mais de 60 anos



Tr





Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:39 Sexta-feira 24 de outubro *** 13% docs.google.com Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 Perguntas Respostas 219 Configurações

6 - Sexo de nascimento *

Feminino

Masculino

Outro

7 - Identidade de gênero *

Mulher Cis (Que tem o sexo de nascimento conectado com o gênero feminino)

Homem Cis (Que tem o sexo de nascimento conectado com o gênero masculino)

Transgênero (Que não se sente de acordo com o gênero relacionado ao seu sexo biológico)

Transexual (Que possui identidade de gênero diferente da designada ao nascimento e que pode optar po...)

Outro

8- Orientação sexual *

Homossexual (Se relaciona com indivíduo do mesmo sexo)

Heterossexual (Se relaciona com indivíduo do sexo oposto)

Bissexual (Se relaciona com os gêneros binários, tanto homem quanto com mulher)

Pansexual (Se relaciona com todos os gêneros sexuais, homem, mulher, trans, etc.)

0 - Tudo filtrado *

+

Tr

■

□

□

□

□

□



WhatsApp 17:40 Sexta-feira 24 de outubro

docs.google.com

Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019

Perguntas Respostas 219 Configurações

9 - Tem filhos: *

Sim
 Não

10 - Cor ou raça *

Branca
 Preta
 Amarela
 Parda
 Indígena
 Sem declaração

11 - Religião *

Católica
 Evangélica
 Espírita
 Religião de matriz africana
 Ateu
 Não tenho religião



WhatsApp 17:40 Sexta-feira 24 de outubro

docs.google.com

Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019

Perguntas Respostas 219 Configurações

FORMAÇÃO

Descrição (opcional)

12 - Escolaridade *

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Pós-graduado

Outro

13 - Possui formação específica em jornalismo: *

Sim

Não

14 - Onde se formou *

Universidade Pública

Universidade Privada

Outro



WhatsApp 17:40 Sexta-feira 24 de outubro

docs.google.com

Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019

Perguntas Respostas 219 Configurações

15 - Possui mais de uma graduação? *

Sim
 Não

16 - Fala algum outro idioma além do português? *

Sim
 Não

17 - Qual ou quais?

Inglês
 Espanhol
 Francês
 Outro

MERCADO DE TRABALHO

Descrição (opcional)

18 - Filiado ao Sindjor-MS *

Sim
 Não



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:40 Sexta-feira 24 de outubro *** 13% docs.google.com Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019 Perguntas Respostas 219 Configurações

19 - Por qual motivo?

Texto de resposta curta

20 - Está empregado no momento? *

Sim
 Não

21 - Tempo de atuação no mercado: *

Recém-formado
 1 a 5 anos
 6 a 10 anos
 11 a 20 anos
 21 a 30 anos
 31 a 40 anos
 40 a 49 anos
 Mais de 49 anos
 Outro: _____

22 - Ainda trabalha na área *

+

Tr

■

□

□

□

□



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:40 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 13% Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019 Perguntas Respostas 219 Configurações

22 - Ainda trabalha na área *

Sim
 Não

23 - Cidade de atuação em MS: *

Campo Grande (Capital)
 Interior

24 - Se no interior, em qual município:

Dourados
 Três Lagoas
 Corumbá
 Ponta Porã
 Maracaju
 Sidrolândia
 Naviraí
 Nova Andradina
 Aquidauana
 Paranaíba



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



O formulário contém uma lista de 219 respostas para a pergunta "Qual é o nome da sua cidade?". As opções listadas são:

- Amambai
- Rio Brilhante
- Coxim
- Caarapó
- Miranda
- São Gabriel do Oeste
- Jardim
- Aparecida do Taboado
- Anastácio
- Chapadão do Sul
- Bela Vista
- Ribas do Rio Pardo
- Itaporã
- Ivinhema
- Ladário
- Bataguassu
- Cassilândia
- Bonito
- Terenos



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:40 Sexta-feira 24 de outubro ***

docs.google.com 13% Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019 Perguntas Respostas 219 Configurações

- Nova Alvorada do Sul
- Itaquirai
- Costa Rica
- Rio Verde de Mato Grosso
- Fátima do Sul
- Sonora
- Mundo Novo
- Porto Murtinho
- Iguatemi
- Água Clara
- Coronel Sapucaia
- Nioaque
- Paranhos
- Camapuã
- Deodápolis
- Eldorado
- Aral Moreira
- Brasilândia
- Tacuru

⊕ ↻ Tr ↺ ↻ ☰



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



17:41 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 13%

Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Perguntas Respostas 219 Configurações

- Batayporá
- Dois Irmãos do Buriti
- Sete Quedas
- Angélica
- Glória de Dourados
- Guia Lopes da Laguna
- Anaurilândia
- Japorã
- Antônio João
- Bodoquena
- Santa Rita do Pardo
- Pedro Gomes
- Inocência
- Laguna Carapã
- Jaraguari
- Bandeirantes
- Juti
- Selvíria
- Vicentina

⊕ ↻ Tr ↺ ↻ ☰



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



17:41 Sexta-feira 24 de outubro *** 13%

docs.google.com Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019 Perguntas Respostas 219 Configurações

Caracol
 Douradina
 Corguinho
 Paraíso das Águas
 Rochedinho
 Alcinópolis
 Rio Negro
 Jateí
 Novo Horizonte do Sul
 Taquarussu
 Figueirão

25 - Veículo: *

Televisão
 Online
 Rádio
 Impresso
 Assessoria de imprensa
 Outro

⊕ Tt



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



17:41 Sexta-feira 24 de outubro *** 13%

docs.google.com Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019 Perguntas Respostas 219 Configurações

26 - Qual ou quais funções desempenha no local de trabalho: *

- Redator-Repórter
- Rádio-Repórter
- Repórter-Cinematográfico
- Repórter-Fotográfico
- Editor-chefe
- Subeditor
- Chefe de Redação
- Editor de Vídeo
- Produtor/Pautaíro
- Revisor
- Diagramador
- Docente
- Social mídia
- Administrador
- Outra

27 - Contrato de trabalho: *

- CLT

⊕ ↻ Tr ↻ ☰



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



17:41 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 13%

Censo Jornalistas-MS 2019

Perguntas Respostas 219 Configurações

27 - Contrato de trabalho: *

- CLT
- Terceirizado - RPA - autônomo
- Terceirizado - PJ
- Terceirizado sócio-cotista
- Concursado
- Cargo de Confiança
- Contrato temporário
- Desempregado
- Sem carteira assinada
- Free-lance
- Não se aplica
- Outro: _____

28 - Horas trabalhadas *

- Menos de 5h diárias
- 5h diárias
- 6h diárias
- 7h diárias

⊕ 🔍 Tr 🔍 ↻ 🔍



17:41 Sexta-feira 24 de outubro

docs.google.com

Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019

Perguntas Respostas 219 Configurações

Mais de 80 diárias
 Não se aplica

29- É registrado no Ministério do Trabalho? *

Sim, como jornalista profissional
 Sim, como outra profissão
 Não

30 - Faixa salarial *

Até 1 salário mínimo
 De 1 a 2 salários mínimos
 De 2 a 4 salários mínimos
 De 4 a 5 salários mínimos
 Acima de 5 salários mínimos
 Não se aplica

31 - Faz hora extra? *

Sim
 Não



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



17:42 Sexta-feira 24 de outubro *** 12%

docs.google.com Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019 Perguntas Respostas 219 Configurações

32 - Se sim, como é paga? *

Não recebo, a hora extra faz parte da jornada
 Recebo hora extra
 Acumulo banco de horas

33 - Recebe auxílio alimentação? *

Sim
 Não

34 - A empresa arca com plano de saúde? *

Não
 Parcialmente
 Integralmente

35 - Tem mais de um emprego? *

Sim
 Não

36 - Já sofreu assédio moral no local do trabalho: *

⊕ ↻ Tr ↺ ↻ ☰



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



17:42 Sexta-feira 24 de outubro *** 12%

docs.google.com Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019 Perguntas Respostas 219 Configurações

37 - Já sofreu assédio sexual no local do trabalho: *

Sim
 Não

38 - Já sofreu racismo no local do trabalho:

Sim
 Não

40 - Já sofreu discriminação por crença religiosa no local de trabalho:

Sim
 Não

41 - Já sofreu machismo no local de trabalho:

Sim
 Não

42 - Já sofreu discriminação por identidade de gênero ou orientação sexual no local de trabalho:

Sim
 Não

⊕



17:42 Sexta-feira 24 de outubro

docs.google.com

Ver artigo Censo Jornalistas-MS 2019 - Formulários Google

Censo Jornalistas-MS 2019

Perguntas Respostas 219 Configurações

38 - Já sofreu racismo no local do trabalho:

Sim
 Não

40 - Já sofreu discriminação por crença religiosa no local de trabalho:

Sim
 Não

41 - Já sofreu machismo no local de trabalho:

Sim
 Não

42 - Já sofreu discriminação por identidade de gênero ou orientação sexual no local de trabalho:

Sim
 Não

43 - Qual a sua sugestão para a gestão do Sindjor-MS?

Texto de resposta longa

+

Tr

■

□

□

□

□



Apêndice B: Censo Sindjor-MS 2025: <https://link.ufms.br/KEv55>

The screenshot shows a Google Forms survey titled "Censo - Sindjor MS 2025". The survey consists of six sections. The first section, "Seção 1 de 6", contains an introduction about the census's objective to map the reality of journalists in Mato Grosso do Sul, mentioning challenges and discrimination. It also highlights a partnership with the Comissão Vanessa Ricarte and the Journalism course at UFMS to combat violence against female journalists. The survey emphasizes voluntary participation and confidentiality of responses. The second section, "Seção 2 de 6", is titled "Informações gerais" and aims to understand the profile of journalists in the state. Both sections include standard form editing tools like bold, italic, underline, and alignment buttons.

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção ▾

Seção 2 de 6

Informações gerais

Esta primeira seção de perguntas busca conhecer o perfil dos jornalistas em Mato Grosso do Sul. As respostas ajudam a mapear dados sobre gênero, raça/cor, idade, área de atuação e tempo de experiência. Essas informações são essenciais para compreender a composição das redações e direcionar políticas que atendam às necessidades de toda a classe.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:56 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 12% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Nome (opcional)
Texto de resposta longa

Contato (telefone)
Texto de resposta longa

Qual sua faixa de idade? *

- 18 - 30 anos
- 31 - 40 anos
- 41 - 50 anos
- 51 - 60 anos
- Mais de 60 anos

Identidade de gênero? *

- Mulher Cis (sexo de nascimento socialmente associado com o gênero feminino)
- Homem Cis (sexo de nascimento socialmente associado com o gênero masculino)
- Pessoa não-binária
- Mulher transexual

+

T

■

□

□

□

□



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:56 Sexta-feira 24 de outubro *** 12% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Mulher transexual
 Homem transexual
 Prefere não responder

Orientação sexual? *

Homossexual (Se relaciona com indivíduos do mesmo sexo)
 Heterossexual (Se relaciona com indivíduos do sexo oposto)
 Bissexual (Se relaciona com os gêneros binários, tanto homem quanto mulher)
 Pansexual (Se relaciona com todos os gêneros sexuais, homem, mulher, trans, etc.)
 Assexual (Não sente ou sente pouca atração sexual por outras pessoas)
 Outros

Tem filhos? *

Sim
 Não

Cor ou raça *

Branca
 Preta

+

T

■

□

□

□

□



WhatsApp 17:56 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 12% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulári... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

- Preta
- Parda
- Indígena
- Amarela
- Outro
- Sem declaração

Religião *

- Católica
- Evangélica
- Espírita
- Religião de matriz africana
- Ateia
- Não tenho religião
- Outra

Formação *

- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto



WhatsApp 17:56 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 12% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulári... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

Especialização

Mestrado

Doutorado

Outro

Possui formação específica em jornalismo? *

Sim

Não

Onde se formou? *

Universidade pública

Universidade privada

Outro

Possui mais de uma graduação? *

Sim

Não



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:56 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 12% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Fala algum outro idioma além do português *

Sim
 Não

Qual ou quais?

Inglês
 Espanhol
 Francês
 Italiano
 Outro

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção

Seção 3 de 6

Mercado de trabalho

⚠ Alerta: Este bloco aborda temas sensíveis relacionados ao ambiente profissional, como **assédio, racismo, homofobia e saúde mental**. Responda apenas se se sentir confortável.

Aqui, buscamos entender a realidade profissional da categoria: vínculos de emprego, áreas de atuação, funções desempenhadas, jornadas, salários e benefícios.

+



WhatsApp 17:56 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 12% ↗

Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulári... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Filiado ao Sindjor-MS *

Sim
 Não

Está empregado no momento? *

Sim
 Não

Tempo de atuação no mercado? *

Recém-formado
 1 a 5 anos
 6 a 10 anos
 11 a 20 anos
 21 a 30 anos
 31 a 40 anos
 41 a 49 anos
 Mais de 49 anos
 Não se aplica



WhatsApp 17:57 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 12% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Ainda trabalha na área? *

Sim
 Não

Onde você atua como jornalista? *

Capital
 Interior
 Não se aplica

Se no interior, em qual município?

Dourados
 Três Lagoas
 Corumbá
 Ponta Porã
 Maracaju
 Sidrolândia
 Naviraí
 Nova Andradina
 Outro



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:57 Sexta-feira 24 de outubro *** 12% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Não se aplica

Veículo *

Televisão
 Online
 Rádio
 Impresso
 Assessoria de imprensa
 Outro
 Não se aplica

Qual função principal desempenha no local de trabalho? *

Redator-Repórter
 Rádio-Repórter
 Repórter-Cinematográfico
 Repórter- Fotográfico
 Editor-chefe
 Subeditor
 Chefe de redação

+



WhatsApp 17:57 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com

Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulári... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Chefe de redação
 Editor de vídeo
 Produtor/Pauteiro
 Revisor
 Diagramador
 Social Media
 Docente
 Outro
 Não se aplica

Contrato de trabalho *

CLT
 Estágio
 Terceirizado - RPA - autônomo
 Terceirizado - PJ
 Terceirizado sócio-cotista
 Concursado
 Cargo de confiança
 Contrato temporário



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:57 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 12% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Desempregado

Outro

Não se aplica

Horas trabalhadas *

Menos de 5h diárias

5h diárias

6h diárias

7h diárias

8h diárias

Mais de 8h diárias

Não se aplica

É registrado o Ministério do Trabalho? *

Sim, como jornalista profissional

Sim, como outra profissão

Não

Não se aplica

+

Tr

■

□

□

□

□



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:57 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 12% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Faixa salarial *

- Até 1 salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 4 salários mínimos
- De 4 a 5 salários mínimos
- Acima de 5 salários mínimos
- Prefere não responder
- Não se aplica

Faz hora extra?

- Sim
- Não
- Não se aplica

Se sim, como é paga? *

- Não recebo, a hora extra faz parte da jornada
- Recebo hora extra
- Acumulo banco de horas
- Não se aplica



WhatsApp 17:57 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 12% 

Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulári... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Recebe auxílio alimentação? *

Sim
 Não
 Não se aplica

A empresa arca com plano de saúde? *

Integralmente
 Parcialmente
 Não
 Não se aplica

Tem mais de um emprego? *

Sim
 Não

Você já apresentou algum sofrimento psíquico relacionado ao trabalho como jornalista? *
(ansiedade, depressão, burnout, estresse extremo)

Sim
 Não



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:57 Sexta-feira 24 de outubro ***

docs.google.com

Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Você já enfrentou discriminação ou dificuldades no trabalho devido a alguma deficiência, mobilidade reduzida ou condição de saúde? *

Sim

Não

Prefere não responder

Já sofreu assédio moral no local do trabalho? *

Sim

Não

Prefere não responder

Já sofreu violência sexual no local do trabalho? *

Sim

Não

Prefere não responder

Já sofreu violência física no local do trabalho? *

Sim

Não

+

T

■

□

□

□

□



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:58 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 11% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Já sofreu racismo no local do trabalho? *

Sim

Não

Prefere não responder

Já sofreu discriminação por crença no local de trabalho? *

Sim

Não

Prefere não responder

Já sofreu discriminação por identidade de gênero ou orientação sexual no local de trabalho? *

Sim

Não

Prefere não responder

Após a seção 3 Continuar para a próxima seção

Seção 4 de 6 Recorte racial e experiências profissionais



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:58 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 11% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Seção 4 de 6

Recorte racial e experiências profissionais

Esta parte do censo deve ser respondida **apenas por pessoas indígenas e negras (pretas e pardas)**. O objetivo é compreender como a discriminação racial se manifesta na rotina profissional, afetando oportunidades, reconhecimento e condições de trabalho. Também investiga situações de violência racial, sexualização e desigualdade salarial, para embasar iniciativas de combate ao racismo. **Alerta:** Este bloco aborda **racismo, exclusão e desigualdade racial**. São temas sensíveis, responda apenas se se sentir confortável.

Você acredita que já enfrentou obstáculos na sua carreira por ser uma pessoa negra ou indígena?

Sim
 Não

Se sim, qual/quais?

Texto de resposta longa

Você sente que sua raça/cor influenciou as oportunidades que teve no jornalismo (promoções, visibilidade, pautas)?

Sim, positivamente
 Sim, negativamente

+

T

Text editor toolbar



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:58 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 11% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Você já foi a única pessoa negra ou indígena em uma redação ou equipe de comunicação?

Sim
 Não
 Prefere não responder

Em sua percepção, o ambiente de trabalho onde atua(ou) é/foi racialmente inclusivo?

Sim
 Não
 Parcialmente
 Prefere não responder

Você acredita que sua cor/raça impactou as oportunidades de crescimento ou contratação na sua carreira jornalística?

Sim
 Não
 Talvez

+

T

■

□

□

□



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:58 Sexta-feira 24 de outubro *** 11% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Você já foi sexualizado/a ou teve sua aparência hipervalorizada em pautas, falas ou abordagens por ser uma pessoa negra ou indígena?

Sim
 Não
 Prefere não responder

Já sentiu que teve sua competência questionada ou desvalorizada por conta da sua raça/cor?

Sim
 Não
 Prefere não responder

Você percebe diferenças salariais ou de acesso a cargos de liderança entre pessoas negras e pessoas brancas nas redações ou equipes em que trabalhou?

Sim, pessoas brancas costumam receber mais ou ocupar mais cargos de liderança
 Não percebo diferenças significativas
 Pessoas negras têm mais acesso a cargos de liderança ultimamente
 Prefere não responder

+

T

■

□

□

□

□



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:58 Sexta-feira 24 de outubro ***

docs.google.com

Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Você já se sentiu preterida/o em promoções ou reconhecimentos em comparação a colegas brancos/as?

Sim

Não

Prefere não responder

Você já sofreu algum tipo de violência no trabalho relacionada à sua identidade racial?

Sim

Não

Prefere não responder

Se respondeu "sim", quais formas de violência você já vivenciou ou presenciou como pessoa negra/indígena jornalista? (Pode marcar mais de uma)

Silenciamento em reuniões ou coberturas

Exclusão ou isolamento dentro da equipe

Racismo disfarçado de "brincadeira"

Não ser levada a sério por fontes ou colegas

Estereotipação em pautas ou designações específicas



WhatsApp 17:58 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 11% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulári... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Dupla jornada invisibilizada (acúmulo de funções sem reconhecimento)

Discriminação salarial

Assédio moral com conotação racial

Outras

Você já denunciou alguma dessas violências institucionalmente?

B *I* U ↲ ↳

Sim

Não

Prefere não responder

Você conhece políticas ou mecanismos de apoio e acolhimento a pessoas negras/indígenas dentro do seu local de trabalho?

Sim

Não

Prefere não responder

Não se aplica



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:58 Sexta-feira 24 de outubro

docs.google.com

Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Gostaria de deixar algum relato, observação ou comentário sobre sua experiência como jornalista negro/a ou indígena em Mato Grosso do Sul que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores?

Texto de resposta longa

Após a seção 4 Continuar para a próxima seção

Seção 5 de 6

Violência contra Mulheres Jornalistas no MS

Esta seção é destinada exclusivamente a mulheres jornalistas, pois busca investigar as diferentes formas de violência vivenciadas especialmente no exercício da profissão. O objetivo é identificar padrões, compreender a gravidade dessas situações e contribuir para estratégias de prevenção, acolhimento e enfrentamento. ⚠️

Alerta: Este bloco aborda assédio, violência e discriminação de gênero. Reconhecemos que são questões sensíveis, responda apenas se se sentir confortável.

Ainda trabalha na área como jornalista?

Sim

Não

Já sofreu violência moral na vida privada?

Sim

Não

+

T

□

□

□

□

□



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:59 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 11% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Já sofreu violência física na vida privada?

Sim
 Não

Já sofreu violência sexual na vida privada?

Sim
 Não

Já sofreu violência psicológica na vida privada?

Sim
 Não

Já denunciou o caso de violência sofrida a polícia (Caso tenha respondido SIM nas perguntas anteriores)?

Sim
 Não

Já precisou de atendimento da Casa da Mulher Brasileira/Sala Lilás/Delegacia?

Sim
 Não

+

T

■

□

□

□



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



WhatsApp 17:59 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com 11% Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025 Perguntas Respostas 271 Configurações

Em uma nota de 0 a 10, como você avalia no atendimento recebido?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

☆ ☆ ☆ ☆ ☆ ☆ ☆ ☆ ☆ ☆

Você se sentiu suficientemente amparada e protegida após o atendimento?

Sim

Não

O seu agressor foi julgado após o registro policial?

Sim

Não

Gostaria de deixar algum relato, observação ou comentário sobre sua experiência como jornalista mulher em Mato Grosso do Sul que não foi contemplado nas perguntas anteriores?

Texto de resposta longa

Após a seção 5 Continuar para a próxima seção

Seção 6 de 6

+

T

Text Editor Tools



WhatsApp 17:59 Sexta-feira 24 de outubro docs.google.com

Ver artigo Jornalistas-MS 2019 - Formulário... Sindjor MS 2025 - Formulários G...

Censo - Sindjor MS 2025

Perguntas Respostas 271 Configurações

Você se sentiu suficientemente amparada e protegida após o atendimento?

Sim
 Não

O seu agressor foi julgado após o registro policial?

Sim
 Não

Gostaria de deixar algum relato, observação ou comentário sobre sua experiência como jornalista mulher em Mato Grosso do Sul que não foi contemplado nas perguntas anteriores?

Texto de resposta longa

Após a seção 5 Continuar para a próxima seção

Seção 6 de 6

Agradecemos por compartilhar suas respostas e experiências. Sua participação é fundamental para que possamos compreender melhor a realidade do jornalismo em Mato Grosso do Sul e promover mudanças positivas na categoria. Os dados coletados serão tratados de forma sigilosa e utilizados para embasar ações, políticas e debates que fortaleçam a profissão e garantam um ambiente de trabalho mais justo, diverso e seguro para todos/as.

Descrição (opcional)



Apêndice C: Release enviado para imprensa

RELEASE CENSO SINDJOR 2025

↑ 🔍 ⌂ OK

Sindjor realiza novo censo de jornalistas de Mato Grosso do Sul

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS) realiza um novo censo da categoria, visando construir um retrato fiel da realidade de jornalistas no estado, reunindo informações sobre perfil profissional, condições de trabalho e desafios enfrentados no exercício da profissão. O último levantamento foi feito em 2019 e precisa ser atualizado.

Nesta edição, o censo inclui **blocos inéditos** sobre **raça e gênero**, em **parceria** com o curso de **Jornalismo da UFMS**, no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso "A presença (in)visível de mulheres negras no jornalismo", e com a **Comissão Vanessa Ricarte**, criada em memória da colega vítima de feminicídio em fevereiro de 2025. Esses blocos ampliam o olhar sobre o jornalismo em Mato Grosso do Sul, abordando questões estruturais como desigualdades, racismo e violência de gênero.

A participação da categoria é fundamental. Apenas com dados consistentes será possível avançar em iniciativas que defendam direitos, promovam igualdade e fortaleçam a profissão. O questionário é confidencial e pode ser respondido em poucos minutos.

Acesse o censo aqui: <https://link.ufms.br/KEv55>
Prazo para participação: 01- 30 de setembro



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RELEASE CENSO SINDJOR 2025

OK

www.jornalistasms.org.br

CENSO DE JORNALISTAS MS 2025

JOR UFMS


SindJor-MS